AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES

COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO DE 2022.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)

Aos
Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
CNPJ Nº 27.316538/0001-66
Av. Getúlio Vargas nº 556 – Centro – Vitória/ES - CEP.: 29.010-945
http://www.codesa.gov.br

Prezados Senhores,

I - INTRODUÇÃO

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da **COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA,** contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da CODESA, é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

II – ALCANCE DA REVISÃO

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente)*. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

III – CONCLUSÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de junho de 2022, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional *IAS 34* aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

V – OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Empresa, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias da Empresa.

Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e que a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias da Empresa.

Recife/PE 01 de setembro de 2022

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/PE 000150/O"S"ES

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"ES
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"ES
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"ES
CNAI 4850

AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15° ANDAR

RECIFE - PE

CEP 50.050.290

(81) 3338.3525

www.audimec.com.br

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
Balanço Patrimonial - em 30 de Junho de 2022
(Em reais)

ATIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		**155.801.876**	**167.696.761**
Caixa e equivalentes de caixa	4	121.665.930	131.445.333
Clientes a receber, líquida	5	10.194.753	12.008.471
Créditos negociados com clientes	6	7.133.108	1.186.579
Adiantamentos a funcionários	7	1.705.881	1.419.167
Estoques	8	72.251	73.502
Impostos e contribuiçõs a recuperar	9	12.797.198	19.273.287
Despesas antecipadas	10	153.119	21.973
Assistência médica a recuperar, líquida	11	985.415	1.178.472
Convênios SEP	12	1.084.830	1.047.685
Outros créditos	13	9.391	42.292
NÃO CIRCULANTE		**526.987.111**	**527.204.012**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**125.014.356**	**111.329.888**
Depósitos para recursos judiciais	14	57.129.318	53.691.560
Clientes a receber	5	-	925.000
Despesas antecipadas	10	14.870.172	-
Impostos diferidos	15	47.106.226	50.522.543
Assistência médica a recuperar, líquida	11	2.370.900	2.994.437
Outros créditos	16	3.537.741	3.196.349
INVESTIMENTOS	17	**1.587**	**1.587**
IMOBILIZADO	18	**401.971.168**	**415.872.125**
INTANGIVEIS	19	**-**	**411**
TOTAL ATIVO		**682.788.987**	**694.900.772**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		**27.695.839**	**28.271.671**
Fornecedores	20	3.673.539	3.687.592
Obrigações sociais e assistenciais	21	6.226.946	4.863.287
Obrigações fiscais e trabalhistas	22	2.435.875	1.917.631
Depósitos contribuições e consignações a recolher	23	903.755	1.495.851
Impostos s/ serviços e repasses	24	365.892	561.335
PSP - adiantamento de clientes	25	1.145.297	3.134.906
Créditos de arrendamentos /cessão de uso de áreas	26	3.000.000	2.000.000
Credores por depósito caucionados	27	57.944	1.840.189
Passivo de arrendamento	28	285.776	562.381
TCF Portus	29	9.325.289	7.932.973
Credores Diversos	30	275.527	275.527
NÃO CIRCULANTE		**158.164.896**	**177.731.714**
Créditos de arrendamentos /cessão de uso de areas	26	20.000.001	22.000.001
Provisões para contigências	31	15.245.860	13.605.459
Passivo de arrendamento	28	5.001.770	5.001.770
TCF Portus	29	80.477.462	80.477.462
Provisão Plano de Pensão PORTUS - Déficit Atuarial	32	25.958.228	46.209.955
Tributos diferidos	33	4.468.878	3.368.147
Outras obrigações	34	7.012.698	7.068.920
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**496.928.251**	**488.897.388**
Capital social integralizado	35.1	542.031.088	550.292.326
Créditos p/ aumento de capital social	35.2	-	21.197.039
Ajuste de avaliação patrimonial	35.3	15.657.003	(540.319)
Prejuízos acumulados	35.4	(60.759.840)	(82.051.659)
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**682.788.987**	**694.900.772**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Demonstração do resultado em 30 junho de 2022

(Em reais)

Demonstração do Resultado - Mensal	Nota	30/06/2022	30/06/2021	Var %	01/04/2022 30/06/2022	01/04/2021 30/06/2021
Receita bruta		**100.240.754**	**90.013.975**	**11,4%**	**46.947.077**	**46.437.180**
Receitas operacionais		**68.975.887**	**60.636.732**	**13,8%**	**31.489.340**	**31.051.675**
Infraestrutura Maritima		19.807.868	18.958.554	4,5%	8.932.950	9.472.826
Infraestrutura Acostagem		2.361.451	2.561.727	-7,8%	1.092.500	1.294.939
Infraestrututa Terrestre		7.456.242	5.826.883	28,0%	2.943.998	3.111.265
Movimentação de cargas		16.012.310	16.069.389	-0,4%	8.155.547	7.983.318
Armazenagem		4.682.810	1.726.779	171,2%	1.569.773	903.447
Receitas de contratos		14.873.231	11.094.718	34,1%	6.465.775	5.667.602
Serviços Diversos		3.781.975	4.398.682	-14,0%	2.328.795	2.618.279
Receitas patrimoniais		**31.264.866**	**29.377.243**	**6,4%**	**15.457.737**	**15.385.506**
Aluguéis e Arredamentos		30.264.866	28.377.243	6,7%	14.957.737	14.885.506
Concessão uso de área/Infra-estrutura		1.000.000	1.000.000	0,0%	500.000	500.000
(-) Deduções		**(11.819.208)**	**(9.778.752)**	**20,9%**	**(5.225.446)**	**(5.181.785)**
Tributos das Receitas Serviços		(11.192.776)	(9.749.340)	14,8%	(5.225.446)	(5.152.812)
Vendas Canceladas		(626.433)	(29.412)	2029,8%	-	(28.973)
= Receita operacional liquida	**36**	**88.421.545**	**80.235.223**	**10,2%**	**41.721.631**	**41.255.396**
(-) Custos dos serviços prestados	**37**	**(30.800.527)**	**(29.717.845)**	**3,6%**	**(15.180.597)**	**(15.215.067)**
Pessoal		(9.141.171)	(8.137.658)	12,3%	(4.619.346)	(3.890.068)
Encargos Sociais		(3.397.492)	(3.247.914)	4,6%	(1.769.439)	(1.467.486)
Custos Assistenciais (reclassificado 2021)		(3.619.092)	(2.852.006)	26,9%	(1.666.870)	(1.543.595)
Materiais/Peças e Acessórios		(26.640)	(32.865)	-18,9%	(12.253)	(15.476)
Mão de Obra avulsa		(904.965)	(723.634)	25,1%	(336.102)	(367.854)
Serviços de terceiros		(6.495.508)	(7.244.112)	-10,3%	(3.099.153)	(4.211.647)
Utilidades e serviços		(964.829)	(958.198)	0,7%	(555.562)	(456.596)
Despesa de depreciação		(6.250.830)	(6.521.458)	-4,1%	(3.121.872)	(3.262.346)
= Lucro bruto		**57.621.018**	**50.517.378**	**14,1%**	**26.541.034**	**26.040.328**
(-) Despesas operacionais		**(29.840.189)**	**(27.424.112)**	**8,8%**	**(15.474.975)**	**(13.294.907)**
Despesas administrativas	**38**	**(25.341.728)**	**(18.493.324)**	**37,0%**	**(13.932.688)**	**(9.938.891)**
Despesa com pessoal		(8.621.687)	(8.009.618)	7,6%	(4.453.675)	(4.127.304)
Despesa encargos sociais		(4.243.525)	(4.298.085)	-1,3%	(2.176.823)	(2.131.267)
Despesa orgão colegiado		(289.023)	(281.386)	2,7%	(150.840)	(137.169)
Despesas assistênciais (reclassificado 2021)		(2.839.065)	(2.417.574)	17,4%	(1.604.524)	(1.367.284)
Despesa serviço de terceiros		(2.454.731)	(1.474.584)	66,5%	(1.471.167)	(938.407)
Utilidades e serviços		(342.047)	(247.542)	38,2%	(183.831)	(126.846)
Depesas gerais		(2.564.198)	(948.480)	170,3%	(735.831)	(521.361)
Despesa com depreciação e amortização		(350.460)	(378.488)	-7,4%	(175.031)	(188.537)
Despesa não dedutiveis		(45.436)	(111.297)	-59,2%	-	(101.540)
Ações Judiciais Trabalhistas\Civel		(3.591.554)	(326.270)	1000,8%	(2.980.967)	(299.176)
Despesas tributárias	**39**	**(303.111)**	**(201.367)**	**50,5%**	**(100.449)**	**(182.288)**
Despesa Impostos e taxas municipais e estaduais		(194.372)	(171.595)	13,3%	(48.001)	(169.982)
Despesa Impostos e taxas federais		(108.739)	(29.772)	265,2%	(52.448)	(12.306)
Outras receitas/Despesas operacionais	**40**	**(4.195.349)**	**(8.729.422)**	**-51,9%**	**(1.441.838)**	**(3.173.728)**
Provisões passivas		(4.880.816)	(10.126.169)	-51,8%	(1.694.283)	(3.189.495)
Outros ganhos/perda de capital		-	(19.630)	-100,0%	-	(19.630)
Reversões Operacionais		110.584	1.186.156	-90,7%	110.584	-
Receitas Eventuais		574.882	230.221	149,7%	141.861	35.397
= Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**27.780.829**	**23.093.267**	**20,3%**	**11.066.059**	**12.745.421**
Receitas (despesas) financeiras líquida	**41**	**7.150.749**	**(3.592.117)**	**-299,1%**	**2.976.392**	**(1.798.923)**
Receitas financeiras		10.978.153	1.791.282	512,9%	4.894.300	1.375.860
Despesas financeiras		(3.827.404)	(5.383.399)	-28,9%	(1.917.908)	(3.174.783)
= Lucro antes do imposto de renda		**34.931.578**	**19.501.150**	**79,1%**	**14.042.451**	**10.946.498**
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social		**(13.639.759)**	**(5.774.239)**	**136,2%**	**(5.680.343)**	**(3.352.169)**
CSLL e IRPJ -Correntes		(9.122.712)	(5.774.239)	58,0%	(3.574.871)	(3.352.169)
CSLL e IRPJ -Diferido		(4.517.048)	-	100,0%	(2.105.472)	-
= Resultado liquído do exercício	**42**	**21.291.819**	**13.726.911**	**55,1%**	**8.362.108**	**7.594.329**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Demonstração do resultado abrangente em 30 de junho de 2022

(Em reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Saldo em DRE em 31 de dezembro	**48**	**12.929.711**	**67.504.351**
ORA - Outros resultados abrangentes		15.657.003	(730.061)
Ajuste Recalculo PASEP/COFINS		-	929.962
Diferença reconhecimento de PECLD em 2020		-	(32.338)
Reconhecimento extemporaneo Receita Financeira de 2020		-	100.071
Ajuste cancelamento Faturas CPVV		-	(708.691)
Reconhecimento Passivo Diferido - Depreciação		-	(1.163.323)
= Resultado abrangente do período		**28.586.714**	**65.899.971**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2022

(Em reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/06/2022	30/06/2021	%
Lucro (Prejuizo) Liquido	**21.291.819**	**13.726.911**	**55,1%**
(+) Depreciação e amortização	6.601.290	6.899.946	-4,3%
(+/-) PECLD Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	511.858	10.243.379	-95,0%
(+/-) Provisão e atualizações Trabalhistas e Fiscais	1.640.401	316.684	418,0%
(+/-) Tributos diferidos	-	-	0,0%
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	16.197.322	8.655.343	87,1%
(+/-) Ajustes de exercicios anteriores	-	678.700	-100,0%
= Lucro Ajustado	**46.242.690**	**40.520.962**	**14,1%**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Duplicatas a receber	1.301.860	(11.512.394)	-111,3%
Almoxarifado	1.252	19.946.932	-100,0%
Despesas antecipadas (Circulante e não circulante)	(15.001.319)	860.283	-1843,8%
Créditos renegociados	(5.946.529)	(2.875.939)	106,8%
Assist Medica a Recuperar	816.593	(368.533)	-321,6%
Outros créditos curto e longo prazo	5.859.445	(24.668.157)	-123,8%
Cliente de longo prazo	925.000	2.092.983	-55,8%
Fornecedores	(14.053)	3.471.999	-100,4%
Impostos a Recolher	(195.443)	183.517	-206,5%
Alugueis CPC 06	(276.606)	(7.367.739)	-96,2%
TCF Portus	1.392.316	6.674.827	-79,1%
Provisão Plano de Pensãp PORTUS - Déficit Atuarial	(20.251.727)	(11.463.681)	76,7%
Obrigações fiscais e trabalhistas	1.881.904	1.554.909	21,0%
Receitas diferidas	(1.000.000)	(1.000.000)	0,0%
Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo	(3.263.220)	(1.230.309)	165,2%
Caixa liquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais	**12.472.164**	**14.819.660**	**-15,8%**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.251.301)	(3.533.157)	-64,6%
Baixa de bens do ativo imobilizado	8.261.238	300.776	2646,6%
Pis/Cofins sobre aquisição de imobilizado	266.831	314.832	-15,2%
Ajuste saldo depreciação CPC 06	23.310	(281.147)	-108,3%
Caixa liquido/(obtido) nas atividades de investimentos	**7.300.078**	**(3.198.695)**	**-328,2%**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos financeiros /convênio SEP	(93.368)	(1.001.517)	100,0%
Recursos financeiros para aumento de capital	(21.197.039)	2.722.485	-878,6%
Aumento de capital social	(8.261.238)	-	0,0%
Caixa gerado/consumido nas atividades de financiamento	**(29.551.645)**	**1.720.968**	**-1817,2%**
			0,0%
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LIQUÍDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(9.779.403)**	**13.341.933**	**-173,3%**
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA NO INICIO DO EXERCICIO	**131.445.333**	**85.708.584**	**53,4%**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCICIO	**121.665.930**	**99.050.518**	**22,8%**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Demonstrações das mutações do patrimônio em 30 de junho de 2022

(Em reais)

Discriminação	Nota	Capital social	Recursos para aumento de capital social	Ajsute de Avaliação Patrimonial	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 30 de junho de 2021		**297.940.097**	**267.566.119**	**(5.260.544)**	**(134.276.080)**	**425.969.593**
Ajustes Exercícios Anteriores		-	-	-	**(678.700)**	**(678.700)**
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	4.720.225		**4.720.225**
Aumento de capital social		252.352.229	-			**252.352.229**
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital		-	(246.369.080)	-	-	**(246.369.080)**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**52.903.122**	**52.903.122**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**550.292.326**	**21.197.039**	**(540.319)**	**(82.051.659)**	**488.897.388**
Ajustes Exercícios Anteriores		-			-	-
Ajuste avaliação patrimonial	35.3	-	-	16.197.322	-	**16.197.322**
Redução de capital social	35.1	(8.261.238)				**(8.261.238)**
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	35.2	-	(21.197.039)	-	-	**(21.197.039)**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**21.291.819**	**21.291.819**
Destinação do lucro líquido:		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Reserva legal		-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-
Dividendo mínimo		-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2022		**542.031.088**	**0**	**15.657.003**	**(60.759.840)**	**496.928.251**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Demonstração do Valor Adicionado em 30 de junho de 2022

(Em reais)

	30/06/2022	30/06/2021	Var %
Receita	**99.102.463**	**86.966.285**	**14,0%**
Receita da operação portuária	68.975.887	60.636.732	13,8%
Receita de arrendamentos	31.264.866	29.377.243	6,4%
Vendas canceladas	(626.433)	(29.412)	2029,8%
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(511.858)	(3.018.278)	-83,0%
Insumos adquiridos de terceiros	**(13.752.918)**	**(11.629.416)**	**18,3%**
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(13.752.918)	(11.629.416)	18,3%
Valor adicionado bruto	**85.349.545**	**75.336.869**	**13,3%**
Retenções	**(6.601.290)**	**(6.899.946)**	**-4,3%**
Depreciação/Amortização	(6.601.290)	(6.899.946)	-4,3%
Valor adicionado produzido pela entidade	**78.748.254**	**68.436.923**	**15,1%**
Valor adicionado recebido em transferência	**3.657.671**	**(4.357.428)**	**-183,9%**
Receitas Financeiras	10.978.153	1.791.282	512,9%
Outras Despesas - Provisões Passivas	(4.258.374)	(5.957.504)	-28,5%
Outras	(3.062.108)	(191.207)	1501,5%
Valor adicionado a distribuir	**82.405.925**	**64.079.495**	**28,6%**
Distribuição do valor adicionado	**82.405.925**	**64.079.495**	**28,6%**
Pessoal	**32.151.056**	**29.244.240**	**9,9%**
Remuneração direta	23.674.352	22.050.102	7,4%
Beneficios a empregados	6.458.157	5.269.580	22,6%
FGTS	1.248.333	1.276.927	-2,2%
Honorários da diretoria	770.214	647.632	18,9%
Tributos	**25.135.647**	**15.724.945**	**59,8%**
Federais	22.975.115	14.127.632	62,6%
Estaduais e municipais	2.160.532	1.597.313	35,3%
Remuneração de capital de terceiros	**3.827.404**	**5.383.399**	**-28,9%**
Depesas Financeiras	3.827.404	5.383.399	-28,9%
Lucro (Prejuízo) exercício	**21.291.819**	**13.726.911**	**55,1%**
Dividendos propostos			0%
Lucros retidos/Resultado exercicio			0%
Reserva Legal			0%
			0%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMOSNTRAÇÕES CONTÁBEIS TRIMESTRAIS EM 30/06/2022

---

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, é dotada de personalidade jurídica de direito privado e regida por legislação que trata do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. Em consonância com a Lei nº 13.303/2016, que no seu art. 91 autoriza a transformação de sociedades de economia mista de capital fechado em empresas públicas mediante o resgate de ações de propriedade de acionistas privados, a Companhia foi transformada em Empresa Pública de Capital Fechado, com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária do dia 29/06/2018.

A CODESA tem como objeto social:

a) exercer as funções de Autoridade Portuária no âmbito de portos organizados no Estado do Espírito Santo - o Porto Organizado de Vitória (municípios de Vitória e Vila Velha) e o Porto da Barra do Riacho (município de Aracruz), sob sua administração e responsabilidade - ou localizados em outro Estado, por delegação do Governo Federal;

b) exercer as funções de operador portuário na forma da Lei nº 12.815/2013; e,

c) desenvolver atividades afins, conexas e acessórias, realizando seu objeto social sempre em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Ministério da infraestrutura.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas e diretrizes contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76, das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos; interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; normas da CVM, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão; legislação e orientações específicas para empresas da administração federal indireta e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, desconhecendo qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.5 e 18); Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 5); Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego (Nota 44); Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Nota 31); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 2.6 e 43).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da CODESA.

2.5 Redução ao valor recuperável

A administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo esta reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

2.5.1 Ativos financeiros e contratuais

Os ativos financeiros e contratuais são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, as rubricas que apresentam saldos de redução ao valor recuperável são a de Clientes (Nota 5) e a de Assistência Médica a Recuperar (Nota 11).

2.5.2 Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente e em menor tempo, se for identificado que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros ou quando ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme determina o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, foi realizada avaliação dos ativos não financeiros, pelo método Valor em Uso e que apontou a recuperação do valor total pela utilização dos ativos na geração de receitas e benefícios futuros para a Companhia, sem a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado, nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Ativos e passivos financeiros ao valor

justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros para negociação e designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.7 Reconhecimento de Receitas Operacionais e de Arrendamentos

2.7.1 Receitas

Em relação ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida após a prestação do serviço. A companhia recebe um depósito prévio, a título de caução, de 80% do valor dos serviços portuários a serem prestados, tendo como preço de transação os valores da tabela portuária vigente para os serviços prestados.

2.7.2 Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento estabelece que arrendatários e arrendadores devam fornecer informações relevantes que representem fielmente as transações contratuais. Requer que os arrendatários reconheçam o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, mas com isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

Os contratos de arrendamentos firmados pela Companhia com seus arrendatários (clientes) são classificados como operacionais, conforme o item 62 do mesmo CPC, portanto não refletem em ajustes de lançamento no balanço da Companhia.

Com relação aos contratos da CODESA com seus fornecedores, estando a Companhia na figura de arrendatária, destacamos a existência de um contrato de arrendamento abarcado pelo CPC em questão (Notas 18 e 28).

Esta norma impactou no registro da operação de arrendamento operacional que a Companhia possui referente à sede administrativa, cujo contrato entrou em vigor em 02/12/2019. Neste caso, a Companhia é arrendatária e reconheceu em dezembro de 2019: a) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; b) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; c) despesas com depreciação dos ativos; e d) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento, cujos lançamentos se deram a partir de janeiro de 2020, quando ocorreu o primeiro pagamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

Em novembro de 2020 e 2021, os valores referentes ao arrendamento foram atualizados conforme previsto contratualmente. Os efeitos desta adoção estão reconhecidos no Ativo imobilizado – Direito de uso (Nota 18) e no Passivo em Outras obrigações – Passivo de arrendamento (Nota 28).

2.8 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência, considerando o que determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC vigente.

2.9 Contas a receber

A Companhia contabiliza os contratos com clientes em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, atendendo a todos os critérios requeridos pelo pronunciamento. Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e os respectivos tributos são apurados e contabilizados por competência.

2.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldá-la. As provisões são registradas em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, conforme mencionado na Nota 31. Com base em informações da Coordenação Jurídica, a Companhia faz trimestralmente estudos do passivo judicial em trâmite na Justiça Comum Estadual e Federal e na Justiça do Trabalho, sendo as contingências classificadas entre: a) prováveis, para as quais são constituídas provisões, b) possíveis, apenas divulgadas e não provisionadas; e c) remotas, que não requerem provisão e nem divulgação.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

2.11.1 Imposto de renda e contribuição social – Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda é constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240.000,00. O valor da contribuição social é calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

2.11.2 Imposto de renda e contribuição social – Diferidos

Ao fim do exercício de 2021, a Companhia registrou pela primeira vez Ativos e Passivos Tributários Diferidos, com base na NBC 32 – Tributos sobre Lucros.

Os registros contábeis dos tributos diferidos são sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes destes tributos, em observância às disposições da NBC 32/2009 – Tributos sobre Lucros, com a realização de estudo técnico de viabilidade, avaliado e aprovado pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal. O estudo considerou as ações de reestruturações operacional, administrativa e econômico-financeira de qualificação do custeio, com redução expressiva de custos e despesas empreendidas a partir de 2019, sem prejuízo da qualidade e do aumento da produtividade, e apontam a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização de créditos tributários diferidos e, consequentemente, o reconhecimento contábil.

Os registros estão reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pela sua natureza (Nota 15).

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e por aplicações de curto prazo no mercado aberto, com vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias, com risco insignificante de mudança de valor e que são utilizados pela Companhia para gestão financeira e liquidação de seus compromissos de curto prazo (Nota 4).

2.13 Provisão de férias e 13º salário

A provisão das férias e do 13º salário, e seus respectivos encargos, são calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

2.14 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas incluem a aplicação de recursos cujos pagamentos ocorrem antecipadamente em relação aos benefícios que ocorrerão em períodos futuros. A parcela das despesas é reconhecida no resultado de acordo com o princípio da competência (Nota 10).

2.15 Ativos não circulantes

2.15.1 Depósitos judiciais

A Companhia tem recursos financeiros bloqueados, mantidos na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e no Banestes, por determinação judicial, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso (Nota 14).

2.15.2 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear (Nota 18)**.**

2.15.3 Intangível

A Companhia possui registros pelo custo de aquisição de direito de uso de software, rede de telecomunicações e dados, estudos e projetos, deduzidos dos valores amortizáveis e calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis (Nota 19).

2.16 Obrigações sociais

As obrigações sociais são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável (Nota 21).

2.17 Plano complementar de aposentadoria pós emprego

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de Previdência Complementar – EFPC que está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando as taxas de juros que condizem com o rendimento de mercado, as quais são

representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

O PORTUS está sob intervenção federal desde 2011 e o Plano de Benefícios não permite a inscrição de novos Participantes desde 12 de maio de 2010. Não há solidariedade entre as Patrocinadoras do plano.

3 EVENTOS SIGNIFICATIVOS NO EXERCÍCIO

3.1 Desestatização

O Porto de Vitória completou 116 anos em 28/03/2022 e em 30 de março do mesmo ano, ocorreu o leilão de desestatização da Codesa, na B3 – Bolsa de Valores de São Paulo, arrematado pelo Fundo de Investimento em Participações Shelf 119 - Multiestrategia, do Quadra Capital, com sede em São Paulo, com a oferta de R$ 106 milhões de ágio, tornando-se a primeira desestatização portuária do país, com a transferência de controle acionário da Codesa associada à concessão do serviço público de administração de portos organizados. O edital prevê a venda da totalidade das ações da União, sendo ofertado aproximadamente 10% dessas ações aos empregados e aposentados nos termos do que dispõe o artigo 28 da Lei 9.491 de 1997. A liquidação do leilão e assinatura do contrato de compra e venda das ações estão previstas para ocorrer em 23.08.2022 e a Assinatura do Contrato de Concessão para 12.09.2022, conforme alteração do cronograma divulgado pelo BNDES em 14.06.2022.

3.2 Dragagem de manutenção

Em 17 de fevereiro de 2022 foi concluída a dragagem de manutenção nos 7 Km do canal de acesso ao Porto de Vitória, na bacia de evolução e nos berços de atracação nas margens de Vitória e Vila Velha. O investimento trará ganhos operacionais com a retomada do calado de 12,5m permitindo o acesso de navios com maior volume de cargas. A solicitação da eliminação de restrições da Norma de Tráfego e Permanência de Navios foi protocolada junto a Marinha e a Companhia aguarda análise e manifestação do órgão (Ver Nota 50.2 – Eventos subsequentes).

3.3 Cisão PORTUS

A CODESA aderiu à cisão do Plano de Benefícios Portus 1 - PBP1, tornando-se a única patrocinadora do Plano Espelho denominado "PBP – CODESA". A Cisão foi objeto de análise e deliberação do Conselho de Administração da Companhia, teve a sua aprovação registrada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme PORTARIA PREVIC/DILIC Nº 249, de 14.03.2022, e está em vigor desde 31/05/2022. O assunto ainda tramita administrativamente na PREVIC (Processos 44011.000917/2022-74 e 44011.003884/2022-14), em fase de implementação, cabendo ao Portus comprovar a Cisão à Superintendência até 30/08/2022.

Com o novo plano, a CODESA passa a ter autonomia para gerir a sua carteira previdenciária, estando apta a modificar as regras de seu regulamento ou a migrar a gestão do plano para outra entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	94.100	93.245
Aplicações financeiras	121.571.829	131.352.088
Total	**121.665.930**	**131.445.333**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras. As aplicações financeiras são de curto prazo, com liquidez imediata, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstradas ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. Possuem opção de resgate antecipado, sem penalidades ou perda de rentabilidade e o seu valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas definidas para empresas da administração indireta da União, as aplicações da Companhia, devem ser efetuadas, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 1.290/73 e na Resolução BACEN nº 4.034/2011, em fundos de investimento extramercado, administrados pelo Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal. Desta forma, o saldo de aplicações financeiras da CODESA, aplicado em fundo de investimento de ambas as instituições financeiras, conforme as características definidas pelo regulamento próprio, teve rendimento de 4,9421% no período de 01

janeiro a 30 de junho de 2022 enquanto o rendimento do CDI foi de 5,42%, gerando uma diferença negativa de 0,4779 p.p. em relação aos ganhos obtidos pela Companhia.

5. CLIENTES A RECEBER, LÍQUIDA

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Clientes a Receber Circulante	**19.513.754**	**20.815.615**
A vencer	*8.066.171*	*7.232.011*
Vencidas até 90 dias	*2.160.367*	*6.111.903*
Vencidas 91 a 180 dias	*269.691*	*1.471.175*
Vencidas 180 a 360 dias	*3.017.000*	*1.608.228*
Vencidas há mais de 360 dias	*6.000.525*	*4.392.298*
(-) Prov. cred. liquidação duvidosa	*-9.319.001*	*(8.807.143)*
Total	**10.194.753**	**12.008.471**

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, incluindo os respectivos tributos indiretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo de Clientes refere-se a: a) arrendamentos em áreas do Porto Organizado de Vitória e Barra do Riacho; e b) valores a receber relativos à utilização de infraestruturas portuária terrestre e armazenagem. Parte do saldo da conta de clientes foi reclassificado para a conta de Créditos Negociados com Clientes (Nota 6) em virtude de uma negociação ocorrida em 2022.

6. CRÉDITOS NEGOCIADOS COM CLIENTES

Contas	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Valores Renegociados		19.616.632	13.670.103
(-) Prov. Créd. liquidação duvidosa		(12.483.524)	(12.483.524)
Total Circulante		**7.133.108**	**1.186.579**

O Comitê de Recuperação de Créditos, criado por meio da Resolução nº 44/2019, realiza avaliação da inadimplência dos clientes com base nas políticas e diretrizes estabelecidas na Norma de Faturamento vigente. A análise resulta em procedimentos de cobranças administrativas/judiciais e em renegociações de créditos quando necessárias.

O valor ao final do 2º trimestre de 2022 contempla uma renegociação de saldo antes já registrado nesse grupo, adicionado de novos valores que se encontravam vencidos na conta de Clientes e foram reclassificados devido a novo Termo de Compromisso firmado em 2022.

7. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Adiant. salários/13º Salários	530.557	144.451
Férias/Empréstimos Férias	885.988	917.859
Salário maternidade/prorrrogado	236.571	236.571
Diárias de viagem	14.584	85.895
Pensão/Adiantamento Férias	-	-
Outros adiantamentos à empregados	38.181	34.392
Total	**1.705.881**	**1.419.167**

Os adiantamentos de salários, 13º salário e férias são compensados em folha de pagamento de períodos subsequentes. O valor de salário maternidade prorrogado será compensado no pagamento de IRPJ. O valor de diárias de viagens refere-se às antecipações de valores que serão transferidos para despesa assim que realizados.

8. ESTOQUES

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Almoxarifado	72.251	73.502
Total	**72.251**	**73.502**

A conta é composta do Almoxarifado que contempla os materiais de consumo e de expediente.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	3.208.162	3.613.214
Contribuição social s/ lucro líquido – CSLL	554.231	554.231
COFINS à recuperar	2.245.304	2.245.304
PIS/PASEP à recuperar	471.736	471.736
Crédito PIS/PASEP s/ aquisição bens	906.538	2.201.003
Crédito COFINS s/ aquisição bens	3.897.405	9.875.570
ISS Retido	95.164	95.164
Outros impostos à recuperar	1.418.658	217.064
Total	**12.797.198**	**19.273.287**

Os impostos e contribuições a recuperar contemplam saldos negativos de declaração de IRPJ e CSLL além de valores pagos indevidamente a maior que serão recuperados através de PERDCOMP. Também serão objeto de recuperação através de PERDCOMP os valores de PIS/PASEP e COFINS a recuperar, diferentemente dos créditos sobre aquisição de bens que estão sendo recuperados mensalmente na apuração desses mesmos tributos, conforme Art. 175 da IN 1.911/2019. Compõem também o grupo outros valores a serem recuperados a título de ISS, FGTS e INSS.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

Contas	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Assinatura de jornais e revistas	10.1	75	438
Licença de *software*	10.1	24.661	7.090
Seguros Responsabil.Civil Administr.	10.2	122.039	-
Seguro de Vida usuários e Terceiros	10.3	6.345	14.445
Subtotal Circulante		**153.119**	**21.973**
Dragagem de aprofundamento	10.4	14.870.172	-
Subtotal Não Circulante		**14.870.172**	**-**
Total		**15.023.292**	**21.973**

10.1 Assinatura de jornais e revistas e licença de software

Apropriados mensalmente conforme vigência do contrato.

10.2 Seguro de responsabilidade civil de administradores

Essa modalidade de seguro é contratada conforme definido no Art. 40 do Estatuto da Companhia que estabelece a obrigação de manter seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos administradores e membros do Conselho Fiscal. A contratação também é justificada pela Lei nº 13.303/2016, que trouxe consigo instrumentos relacionados à responsabilização civil dos agentes públicos, especificamente em seu art. 17, § 1º.

A apólice nº 08737.2020.01.0310.001164, da empresa AIG Seguros Brasil, foi prorrogada conforme Termo Aditivo Nº 39/2021 – Processo nº 0904.000649/2020-00, passando a viger de 26/11/2021 até 26/11/2022.

10.3 Seguro de vida para usuários e terceiros

A contratação do Seguro de Acidentes pessoais para Usuários e Terceiros atende a notificação da ANTAQ, conforme discriminado na Resolução nº3274 art. 32 XVIII:

Art. 32. Constituem infrações administrativas a que se sujeitam a Autoridade Portuária, o arrendatário, o autorizatário e o operador portuário, observadas as responsabilidades legal, regulamentar e contratualmente atribuídas a cada um desses agentes:

XVIII - não contratar ou deixar de renovar seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para cobertura para os usuários e terceiros e outros exigidos em convênio de delegação, ou nos respectivos instrumentos contratuais: multa de até R$ 100.000,00 (cem mil reais);

Segundo a ANTAQ, o Seguro de Acidentes Pessoais para cobertura de Usuários e Terceiros, visa proteger a vida e a integridade dos usuários e terceiros que atuam nas instalações do Porto de Vitória.

A apólice nº 16.10.0011518.28, da empresa MBM Seguros de Pessoas, tem sua vigência contratual de 22/11/2021 até 22/11/2022.

10.4 Dragagem de manutenção

Conforme previsto no Sistema de Contabilidade Regulatória Aplicável ao Setor Portuário (SICARSPANTAQ) os gastos relativos à dragagem de manutenção devem ser registrados no balanço como despesas antecipadas e a sua apropriação deve ser feita no resultado do período a que as despesas corresponderem. Essa forma de apropriação, além de atender a contabilidade regulatória, reflete a expectativa de geração de benefícios econômicos dessa contratação, visto que tanto nos estudos da Dragagem de Aprofundamento realizada em 2017, quanto nos Estudos e Modelagem (Relatório de Avaliação Técnico-Operacional) conduzidos pela BNDES para a venda da Companhia, identificou-se a necessidade de contratação contínua desse serviço a cada 2 anos. Desta forma o início da apropriação (em 24 meses), se dará após conclusão do serviço e retirada de restrição do calado pela Marinha do Brasil (Ver Nota 50.2 – Eventos Subsequentes).

11. ASSISTÊNCIA MÉDICA A RECUPERAR, LÍQUIDA

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Empregados	447.889	446.187
Demais Usuários	673.134	950.811
(-) PECLD	(135.608)	(218.527)
Subtotal Circulante	**985.415**	**1.178.472**
Empregados não circulante	3.647.329	3.539.847
Demais Usuários não circulante	9.176.760	8.366.015
(-) PECLD	(10.453.189)	(8.911.425)
Subtotal Não Circulante	**2.370.900**	**2.994.437**
Total	**3.356.315**	**4.172.908**

O benefício de assistência à saúde oferecido pela Companhia aos seus empregados está concebido na modalidade de autogestão, registrado na Agência Nacional de Saúde – ANS, sem cobrança de mensalidade. O gasto é pós estabelecido, sendo o valor de total responsabilidade e integralmente pago pela Companhia aos prestadores de serviço credenciados, não gerando passivo de benefício

pós emprego.

Os gastos com a assistência à saúde são custeados atualmente em 90% pela Companhia e 10% pelos empregados. O plano é extensivo aos aposentados que assumem integralmente os seus gastos.

Como regra geral, a cobrança se dá por meio de descontos em folha de pagamento para os empregados ativos, observada a legislação para descontos, e desconto no valor dos proventos dos Aposentados (10%, 20% e 30%, de acordo com o valor do débito), mediante autorização prévia.

Exceções ocorrem quando o pagamento por débito automático não se efetiva por falta de fundos, por documentação atrasada ou quando o aposentado deseja quitar um valor maior do que o descontado. Nesses casos o pagamento é feito via boleto ou depósito bancário.

A Companhia contabiliza mensalmente o valor de responsabilidade do empregado e do aposentado, em contas do ativo circulante e não circulante, e o valor de responsabilidade da Companhia em contas de custos da operação portuária e despesa de pessoal, de acordo com o centro de custo do empregado.

Trimestralmente é realizada uma avaliação dos créditos com assistência médica a recuperar, adotando critério para a constituição de Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD. Nos casos de óbitos, demitidos e outras situações (como direito de uso suspenso), são provisionados 100% do valor da dívida independente das providências da Companhia em relação à cobrança desses valores. Para as demais situações são feitas avaliações caso a caso, com a projeção do valor do desconto mensal, com base na situação atual, apuração do prazo requerido para quitação total das prestações e tabela de expectativa de vida do IBGE. Os valores a vencer, cujo prazo para quitação excederam a expectativa de vida, são totalmente provisionados.

Aplicando-se o critério estabelecido, está provisionado em 31/06/2022, como Crédito de Liquidação Duvidosa, o valor de R$ 10.588.797 conforme demonstrado na tabela Assistência Médica a Recuperar.

Situação do Plano	Empregado			Aposentado			Total		Total
	Crédito	Provisão	Líquido	Crédito	Provisão	Líquido	Crédito	Provisão	Líquido
1) - Regulares, em condição de Uso	**1.048.810**	**0**	**1.048.810**	**2.901.329**	**-718.237**	**2.183.093**	**3.950.139**	**-718.237**	**3.231.902**
2) - Com uso suspenso	**8.720**	**-8.720**	**0**	**2.433.899**	**-2.433.899**	**0**	**2.442.619**	**-2.442.619**	**0**
- Não apresentação doc. exigidos	0	0	0	570.364	-570.364	0	570.364	-570.364	0
- Inadimplentes	8.625	-8.625	0	1.448.322	-1.448.322	0	1.456.947	-1.456.947	0
- Sem contrato débito automático	95	-95	0	415.213	-415.213	0	415.308	-415.308	0
3) - Óbito	**3.008.216**	**-3.008.216**	**0**	**4.390.253**	**-4.390.253**	**0**	**7.398.470**	**-7.398.470**	**0**
4) - Demitido	**26.379**	**-26.379**	**0**	**0**	**0**	**0**	**26.379**	**-26.379**	**0**
5 - Outros	**3.094**	**-3.094**	**0**	**124.413**	**0**	**124.413**	**127.507**	**-3.094**	**124.413**
Total	**4.095.219**	**-3.046.409**	**1.048.810**	**9.849.894**	**-7.542.389**	**2.307.506**	**13.945.113**	**-10.588.797**	**3.356.315**

A Administração da Companhia considera que o modelo de gestão do plano de saúde tal como descrito acima é economicamente insustentável. Objetivando equalizar financeiramente o provimento deste benefício aos empregados da Companhia, a Administração tem adotado algumas medidas saneadoras, tais como:

a) Tratativas junto aos sindicatos dos trabalhadores com o objetivo de contratar plano de saúde à mercado para os empregados ativos e permanência do modelo de autogestão com mensalidade contemplando a integralidade dos seus custos para os beneficiários aposentados.

b) Licitação à mercado de operadora/administradora de plano de saúde/odontológico. Ambos os processos licitatórios se encontram encerrados, aguardando assinatura do contrato (Nota 50.1).

c) Foi iniciado processo de judicialização das dívidas em desfavor dos beneficiários inadimplentes.

12. CONVÊNIO SEP

Conta	30/06/2022	31/12/2021
Convênio SNP	1.084.830	1.047.685
Total	**1.084.830**	**1.047.685**

Convênio SNP registra valores recebidos por meio de convênio firmado entre a Secretaria Nacional de Portos - SNP e a Companhia. O convênio tem como objetivo o repasse de recursos para execução de serviços técnicos operacionais e apoio ao gerenciamento e fiscalização da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória.

Os relatórios de execução visando a prestação de contas foram inseridos pela Companhia no SICONV, conforme requerido pelo convênio e se encontram na situação “Em análise pelo Fiscal Concedente” desde agosto de 2018. A variação refere-se ao rendimento financeiro da aplicação feita no Banco do Brasil, o que reflete também no passivo de convênios (Nota 34).

13. OUTROS CRÉDITOS (CIRCULANTE)

Contas	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamento à fornecedores	13.1	5.735	5.442
Suprimento de fundos	13.1	250	250
Reembolso salários, encargos ou honorários	13.2	3.405	36.600
Total		**9.391**	**42.292**

13.1 Adiantamentos a fornecedores e suprimento de fundos

Trata-se de desembolsos antecipados, quando ao executar o serviço ou a prestação de contas, os valores são transferidos para as respectivas despesas.

13.2 Reembolso salários, encargos ou honorários

Valores a recuperar de funcionário cedido e honorários a recuperar.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Contas	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos trabalhistas	14.1	43.628.517	41.077.431
Depósitos recursais	14.2	3.622.832	3.396.010
Depósitos outros	14.3	9.877.968	9.218.120
Total		**57.129.318**	**53.691.560**

Representam ativos da Companhia depositados realizados a título de penhora por determinação da Justiça, a fim de garantir a execução, pagamento de honorários de auxiliares da justiça (peritos e outros) e/ou como depósito recursal. Não se confundem com as custas ou depósito recursal, que têm natureza tributária e são devidos ao Poder Judiciário (o depósito recursal pode retornar para a Companhia em caso de êxito na ação judicial).

Mensalmente a CODESA solicita extratos judiciais junto ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao Banestes para conferência e conciliação dos valores depositados e sacados das contas judiciais. A partir dos extratos e com os documentos hábeis fornecidos pelo setor jurídico, as devidas baixas e transferências são realizadas.

14.1 Depósitos trabalhistas

Depósitos trabalhistas	Valor
Saldo em 31/12/2021	**41.077.431**
Depósitos/Bloqueios	5.664.625
Juros/Atualizações/IR	1.329.971
IR s/ resgates CODESA	(1.231)
Resgates CODESA	(299.070)
Saques Reclamantes	(4.167.557)
Transferência	24.348
Saldo em 30/06/2022	**43.628.517**

Os depósitos realizados nas reclamações trabalhistas são, em regra, recursais, honorários periciais e garantias de execução. Os honorários periciais são efetivamente pagos quando a Companhia é sucumbente no pedido referente ao objeto da prova pericial. A garantia da execução, por sua vez,

é promovida na fase de execução, visando garantir o juízo nos casos em que há interesse da Companhia na impugnação dos cálculos homologados.

14.2 Depósitos recursais

Depósitos recursais	Valor
Saldo em 31/12/2021	**3.396.010**
Depósitos/Bloqueios	369.733
Juros/Atualizações/IR	45.846
IR s/ resgates CODESA	(125)
Resgates CODESA	(37.578)
Saques Reclamantes	(152.259)
Transferência	1.205
Saldo em 30/06/2022	**3.622.832**

Os depósitos recursais são pagos como pressupostos de admissibilidade recursal e, na hipótese de manutenção da condenação imposta à empresa, os valores são deduzidos do total da execução.

14.3 Depósitos outros

Depósitos outros	Valor
Saldo em 31/12/2021	**9.218.120**
Depósitos/Bloqueios	815.149
Juros/Atualizações/IR	305.491
Resgates CODESA	(10.000)
Saques Reclamantes	(450.792)
Saldo em 30/06/2022	**9.877.968**

Valores referentes a depósitos judiciais, exigidos por motivos diversos, não classificados nos descritos anteriormente.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia realizou ao final do exercício de 2021, estudo técnico com a projeção dos resultados contábeis para os próximos 10 anos. Com base na projeção, registrou Ativos Tributários Diferidos, com base na NBC 32 – Tributos sobre Lucros.

Natureza dos Créditos/Débitos	Nota	30/06/2022	31/12/2021
CSLL Base Negativa	15.1	9.928.357	10.966.669
Prejuízo Fiscal		25.826.903	28.711.103
PECLD Clientes	15.2	5.409.463	5.957.011
PECLD Assistência Médica		757.911	261.903
Provisão Contingências		5.183.592	4.625.856
	Total	**47.106.226**	**50.522.543**

15.1 Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social

Conforme a legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O resultado positivo performado no segundo trimestre de 2022 possibilitou a utilização do crédito tributário, com preservação do caixa devido à redução na apuração do tributo corrente.

15.2 Diferenças Temporárias

Devido à novas contabilizações de provisões com assistência médica e contingências, o crédito temporário diferido apresentou um aumento em relação a dezembro de 2021. Esse aumento é reflexo da não dedutibilidade temporária dessas despesas.

16. OUTROS CRÉDITOS (NÃO CIRCULANTE)

Contas	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Juros de mora/multas	16.1	104.794	104.375
Garantia locação imóvel	16.2	227.702	215.603
FUNDAF à recuperar	16.3	2.894.769	2.746.422
Retenção fonte - Convenio SNP	16.4	174.320	-
Adiantamentos diversos	16.5	122.616	116.409
Fundos de Investimentos	16.6	13.540	13.540
Total		**3.537.741**	**3.196.349**

16.1 Juros de mora/multas

Valores relativos a multas pagas, passíveis de recuperação após processo de apuração de responsabilidade.

16.2 Garantia locação imóvel

Garantia depositada na conta do fornecedor Vargas Junior como garantia do contrato nº 11/2019 referente à locação de imóvel para sede administrativa. O valor é atualizado mensalmente conforme o reajuste previsto no contrato.

16.3 FUNDAF a recuperar

Crédito referente a pagamentos indevidos realizados pela Companhia a título de FUNDAF - Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização.

A Receita Federal, por meio do Ato Declaratório nº 09/2016, dispensou a Fazenda Nacional de apresentar contestação e de oferecer resistência no caso de pedido de ressarcimento do FUNDAF

por empresas que exploram terminais aduaneiros de uso público, e reconheceu a natureza jurídica da taxa, situação em que se enquadra a Companhia, haja vista se tratar de empresa exploradora de instalação portuária de uso público, não abrangendo instalações portuárias de uso privativo. Após orientação jurídica sobre a não obrigatoriedade do pagamento, a CODESA cessou a liquidação das taxas pagas mensalmente e ingressou uma petição junto à Receita Federal (Processo nº 10166760301-202017) solicitando os ressarcimentos dos pagamentos realizados nos últimos cinco anos. De toda forma, de acordo com o princípio do conservadorismo, a Companhia reconheceu como crédito apenas os valores liquidados a partir da data do Ato declaratório nº 09/2016, atualizando os mesmos pela taxa SELIC.

16.4 Adiantamentos diversos

Valores de créditos decorrentes de salário maternidade prorrogado a recuperar, auxílio-doença e assistência médica odontológica.

16.5 Fundos de Investimento

Fundos de Investimentos composto por Embraer (R$ 1.061) e FISET - Fundo de Investimento Setorial (R$ 12.478).

17. INVESTIMENTOS

Trata-se de valores no grupo de Obras de arte/outros.

18. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Companhia, líquido de depreciação, nos exercícios findos em 30/06/2022 e 31/12/2021, está composto dos seguintes grupos, com seus respectivos valores e taxas de depreciação:

Imobilizado líquido	Tx depreciação	30/06/2022	31/12/2021
Terrenos	-	-	8.261.238
Obras complementares	4% a 5%	1.125.336	1.193.254
Obras civis	2,5% a 50%	341.441.382	346.959.844
Instalações	4% a 10%	19.136.801	19.831.524
Máquinas e equipamentos	5% a 25%	285.936	62.303
Veículos automotores		264.329	310.037
Móveis e utensílios	10%	174.741	193.782
Equip.de proc. eletrônico de dados	20%	171.503	191.614
Imobilizado em curso	-	34.187.970	33.331.962
Direito de uso arrendamento	-	5.183.169	5.536.567
Total	**-**	**401.971.168**	**415.872.125**

Quadro demonstrativo da movimentação das contas do Ativo Imobilizado:

GRUPO	SALDO INICIAL	ADIÇÕES	BAIXA	DEPREC.	SALDO FINAL
Terrenos	8.261.238	-	(8.261.238)	-	-
Obras complementares	1.193.254	-	-	(67.917)	1.125.336
Obras civis	346.959.844	94.655	-	(5.613.117)	341.441.382
Instalações	19.831.524	68.594	-	(763.317)	19.136.801
Máquinas e equipamentos	62.303	229.406	-	(5.773)	285.936
Veículos automotores	310.037	-	-	(45.707)	264.329
Móveis e utensílios	193.782	-	-	(19.041)	174.741
Equip.de proc. eletrônico de dados	191.614	2.639	-	(22.750)	171.503
Imobilizado em curso	33.331.962	856.008	-	-	34.187.970
Direito de uso arrendamento	5.536.567	-	-	(353.398)	5.183.169
Total	**415.872.125**	**1.251.301**	**(8.261.238)**	**(6.891.020)**	**401.971.168**

As principais adições em 2022 referem-se a: a) aquisição de sinalização náutica (R$ 94.655); b) instalações de circuito fechado de TV (R$ 68.594); c) aquisição de peças para reforma da balança, com aumento de vida útil (R$ 229.406); d) aquisição de equipamento de informática e, e) acréscimo no Imobilizado em Curso relativos à implantação da cadeia logística (R$ 856.008).

A baixa no montante de R$ 8,3 milhões na conta de terrenos foi realizada conforme determinação do inciso II, art. 3º, da Resolução CPPI nº 188/2021. A devolução de dois terrenos foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 13/01/2022 e teve como contrapartida a redução de capital social proporcional dos acionistas União e Estado do Espírito Santo (Nota 35.1).

19. INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia está totalmente amortizado:

Intangível líquido	Tx amortização	30/06/2022	31/12/2021
Projetos e desenvolvimento	20%	-	411
Total	**-**	**-**	**411**

20. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores de bens e serviços	1.897.966	1.912.019
Fornecedores com valores retidos	1.775.573	1.775.573
Total	**3.673.539**	**3.687.592**

O fornecimento de bens e serviços é evidenciado pela emissão do documento fiscal, observando o regime de competência, com as devidas retenções legais. Todos os valores a pagar são relativos a títulos a vencer cujos fornecedores possuem contratos de fornecimento de bens ou serviços regulares para a atividade da Companhia.

Os valores retidos deram-se, em todos os casos, exclusivamente pelos fornecedores/prestadores dos serviços, portanto não se espera a geração de ônus financeiro à Companhia (juros e/ou multas). Assim que os credores atenderem as exigências contratuais/legais, tornando os títulos exigíveis, os devidos pagamentos serão tempestivamente quitados.

21. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ASSISTENCIAIS

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Folhas à pagar	124.719	147.895
Prov. para férias e encargos	3.837.596	3.865.403
Prov. Para 13º salário e encargos	1.419.153	-
Assist. médica odontológica	845.478	849.989
Total	**6.226.946**	**4.863.287**

O saldo na conta Folhas a Pagar é em maior parte relativo à pagamento devido aos aposentados liquidado mensalmente no início do mês subsequente ao do reconhecimento. Esses pagamentos referem-se à previsão em acordo coletivo de trabalho, que prevê complementação para aposentados que foram admitidos até 04.06.1965, da diferença entre os proventos da aposentadoria deferida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e o valor do salário base do portuário ativo de igual categoria.

Conforme recomendação do Conselho de Administração, a Companhia verificou o possível enquadramento desse benefício no CPC 33 (R1) Benefícios a empregados. Os dados referentes ao benefício pagos foram encaminhados à empresa especialista em estudo atuarial para elaboração do relatório contendo os valores passíveis de reconhecimento, se for o caso.

As provisões de férias e encargos sociais são registradas por competência e realizadas nos meses do fato gerador. As assistências médica e odontológica são obrigações junto aos prestadores de serviço, relativas a benefícios assistenciais aos empregados, dependentes e aposentados, provisionados e liquidados no mês posterior ao reconhecimento.

22. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

Contas	30/06/2022	31/12/2021
FGTS	220.310	294.341
INSS	401.331	380.985
PORTUS	313.243	570.206
PASEP	38.866	92.929
COFINS	193.760	441.589
IRPJ	927.662	-
CSLL	340.703	137.580
Total	**2.435.875**	**1.917.631**

São provisões realizadas pelo regime de competência e quitadas nos respectivos vencimentos. As obrigações trabalhistas são influenciadas pelo número de colaborares, e as contribuições e impostos variam de acordo com o faturamento, lucro tributável e créditos passíveis de compensação.

A rubrica de PORTUS, em 31/12/2021, apresenta além dos valores mensais o valor devido de 13º, reconhecido apenas no mês de dezembro de cada ano.

23. DEPÓSITOS, CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES A RECOLHER

Contas	30/06/2022	31/12/2021
IRF - Imposto renda na fonte	453.912	730.600
Lei 9430/96-IRPJ-CSLL-COFINS-PIS-PASEP	272.100	347.834
Retenção INSS OS 203/99	28.410	34.832
Portus/Contribuição	1.500	164.157
Sindicatos e associações	29.381	28.958
Empréstimos	103.094	98.340
Outros	15.357	91.130
Total	**903.755**	**1.495.851**

Registram valores retidos de funcionários e fornecedores, conforme convênios ou obrigações legais cujos recolhimentos ficam a cargo da Companhia.

24. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS/REPASSE

Contas	Nota	30/06/2022	31/12/2021
ISSQN CODESA VILA VELHA	24.1	281.993	448.051
ISSQN CODESA VITÓRIA	24.1	17.596	35.697
ISSQN RETIDO VITÓRIA	24.2	17.534	11.969
ISSQN RETIDO VILA VELHA	24.2	48.761	65.594
ISSQN RETIDO CARIACICA	24.2	9	23
Total		**365.892**	**561.335**

24.1 ISS Codesa – Movimento Econômico

Valores a serem recolhidos às Prefeituras devido a apuração do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre os serviços prestados.

24.2 ISSQN – Retido na Fonte

Valores a serem recolhidos às Prefeituras a título de retenção na fonte de serviços tomados pela Companhia.

25. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Contas	30/06/2022	31/12/2021
PSP - Adiantamentos de clientes	1.145.297	3.134.906
Total	**1.145.297**	**3.134.906**

Registra a antecipação no recebimento de clientes referente a 80% da projeção de faturamento de cada operação. Os valores adiantados são baixados no momento da efetiva emissão da Nota Fiscal e reconhecimento da receita.

26. CRÉDITOS DE ARRENDAMENTOS E CESSÃO DE USO DE ÁREAS

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Petrobrás	3.000.000	2.000.000
Subtotal circulante	**3.000.000**	**2.000.000**
Petrobrás	20.000.001	22.000.001
Subtotal não circulante	**20.000.001**	**22.000.001**
Total	**23.000.001**	**24.000.001**

Valor recebido antecipadamente referente à contrato de cessão de direito de uso firmado com a PETROBRAS, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 02/10/2008 a 30/09/2033, que visa atender ao PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

27. CREDORES DEPÓSITOS CAUCIONADOS

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Credores por depósitos caucionados	57.944	1.840.189
Total	**57.944**	**1.840.189**

Credores por depósitos caucionados registram valores exigidos pela Companhia aos seus fornecedores, a título de garantia contratual.

A redução em 2022 no saldo da conta se deve a devolução dos depósitos (caução) que foram exigidos das empresas interessadas no processo de desestatização a fim de terem acesso ao Data Room, com direito de participar de visitas técnicas, reuniões técnicas com a Companhia e representantes das suas diferentes áreas.

28. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento	285.776	562.381
Subtotal circulante	**285.776**	**562.381**
Passivo de arrendamento	5.001.770	5.001.770
Subtotal não circulante	**5.001.770**	**5.001.770**
Total	**5.287.545**	**5.564.151**

Valor referente ao contrato de locação de sala comercial para a sede administrativa (Unidade Administrativa de Negócios) da Companhia. Conforme CPC 06 (R2) – Arrendamentos, o contrato de arrendamento precisa ser reconhecido a valor presente no Ativo de Direito de Uso – Imobilizado (Nota 18) e no Passivo de Arrendamento (Nota 28).

A baixa do Ativo se dá pela competência, sendo reconhecido mensalmente como depreciação do período. O Passivo é amortizado pelo pagamento do aluguel, sendo parte do valor mensal contabilizado no passivo e parte na despesa financeira de juros.

Conforme previsão contratual, o valor de arrendamento foi reajustado em novembro de 2021, com todos seus impactos devidamente registrados no Ativo e Passivo da Companhia.

29. TCF – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO – PORTUS

Contas	30/06/2022	31/12/2021
TCF - Portus	9.325.289	7.932.973
Subtotal - Circulante	**9.325.289**	**7.932.973**
TCF - Portus	80.477.462	80.477.462
Subtotal - Não circulante	**80.477.462**	**80.477.462**
Total	**89.802.751**	**88.410.434**

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro - TCF com o PORTUS no valor de R$ 84.982.162. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de

negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

a) 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;

b) 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja 1ª parcela foi paga em 07.2020 e a última está prevista para junho/2035;

c) Sistema Price de Amortização; e

d) atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC com juros de 4,81% ao ano, a partir de 01.01.2020.

Demonstrativo da evolução do Termo de Compromisso Financeiro:

Valor TCF em 31/12/2021	**88.410.434**
(-) Pagamentos	(5.598.724)
(+/-) Atualização/Ajustes	6.991.041
Total TCF em 30/06/2022	**89.802.751**
Circulante	9.325.289
Não Circulante	80.477.462
Saldo TCF em 30/06/2022	**89.802.751**

30. CREDORES DIVERSOS (CIRCULANTE)

Credores Diversos	30/06/2022	31/12/2021
Credores Diversos	275.527	275.527
Total	**275.527**	**275.527**

Registra os valores a pagar a fornecedores que ainda não apresentaram a documentação hábil exigida para a prestação de serviços a Empresas Públicas, conforme estabelecido nas regras de licitação.

31. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Contas	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	13.079.714	11.701.313
Cíveis	2.166.145	1.904.145
Total	**15.245.860**	**13.605.459**

As provisões são registradas com base em critérios a seguir delineados.

31.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias.

A Companhia é parte em processos judiciais e processos administrativos perante o Poder Judiciário e órgãos governamentais (Poder Executivo) decorrentes do exercício de suas atividades. Tais demandas (judiciais e administrativas) envolvem, sobretudo, questões trabalhistas, cíveis, tributárias e regulatórias/administrativas.

Os valores são revisados periodicamente pela área jurídica da Companhia e, em decorrência destas revisões, podem ser realizados, trimestralmente, ajustes contábeis nos saldos de provisões.

As baixas de valores sacados pelas outras partes, já provisionados, são registradas conforme dados obtidos junto aos bancos e à área jurídica da Companhia.

Durante o período de jan-jun/22 as contas de provisões sofreram as seguintes alterações:

Contas	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31/12/2021	**11.701.313**	**1.904.145**
Baixas de alvarás	**(1.159.127)**	**-**
Provisões (reversões)	**2.537.528**	**262.000**
Saldo em 30/06/2022	**13.079.714**	**2.166.145**

31.2 Risco de perda provável

A Companhia adota 02 critérios combinados para estabelecer a categoria de risco das demandas para fins de provisionamento. Partindo-se do recorte das demandas em que a Companhia é ré, promove-se a classificação de riscos de perda da ação pela CODESA, conforme as categorias "remota" (aquelas com pouquíssimas chances de a CODESA ser sucumbente), "possível" (aquelas em que ainda não é possível dimensionar quanto ao risco de êxito ou perda da CODESA) e "provável" (aquelas em que se estimou que a CODESA provavelmente restará vencida).

À luz dessas balizas, aplicam-se dois critérios: o primeiro, "estático", isto é, composto por predefinição objetiva que leva em consideração apenas a fase do processo. Nesse caso, os processos em fase inicial são recebidos em regra como "possíveis". Apenas depois do julgamento em grau de recurso é que se altera o grau de risco, seja para "remoto", seja para "provável".

Ao lado do critério "estático", combina-se a aplicação de critério "dinâmico" de classificação, pautado pela análise técnica-subjetiva dos procuradores da Companhia. Tal critério leva em consideração elementos técnicos que dizem respeito à relação processual: existência de decisões

precedentes, qualidade dos documentos apresentados pelas partes no processo, força da tese jurídica invocada etc.

31.2.1 Trabalhistas

As ações tratam de variadas questões de fato e direito. As mais relevantes versam, principalmente, sobre (a) responsabilidade subsidiária da Companhia, (b) adicional de risco portuário, (c) reenquadramento funcional por inobservância dos termos do plano de cargos e salários, (d) inobservância de acordo coletivo de trabalho e normas de saúde e segurança do trabalho.

- Reclamação trabalhista n.º 0020900-79.2003.5.17.0008, se pretende o reconhecimento de desvio funcional e reenquadramento funcional de guardas portuários. Procedente em parte o pedido, apenas em relação ao desvio funcional. A sentença proferida condenou a CODESA ao pagamento das diferenças salariais decorrente do desvio funcional desde o mês de maio de 2002 e indeferiu a pretensão ao reenquadramento funcional. A sentença foi mantida pelo TRT da 17° Região e pelo TST. Execução homologada em R$ 11.055.282,98, dos quais R$ 4.657.823,21 já foram liberados aos reclamantes por serem incontroversos, permanecendo sob apreciação do judiciário o valor controverso. As razões que sustentavam a impugnação da CODESA sobre os valores controversos (R$ 6.397.459,77 – diferença entre o valor homologado e o valor incontroverso de R$ 4.657.823,21) foram julgadas parcialmente procedentes. Promovida nova liquidação do quanto devido, a execução foi homologada em R$ 11.164.956,36 (originalmente, esse valor era o R$ 6.397.459,77), atualizado até 16/05/2022, dos quais R$ 7.927.348,62 (provisionado no primeiro trimestre de 2021) reconhece a CODESA como incontroverso. Considerando haver valor incontroverso nos autos da execução e visando a proteção do erário para fazer cessar a incidência de juros, a mm. juíza determinou o depósito mensal no valor de R$ 1.200.000,00 (liquidados de maio a dezembro de 2021) até alcançar o incontroverso (R$ 7.927.348,62). Os valores incontroversos já foram liberados aos exequentes.
- Reclamação trabalhista n.º 0001246-37.2016.5.17.0013, que se pretende o pagamento da diferença salarial e consequente progressão funcional decorrente da inobservância do plano de cargos e salário de 2002. A sentença proferida julgou procedentes os pedidos formulados pelo autor. O TRT da 17 ° Região manteve o entendimento da origem, bem como o TST. Cálculo apresentado pelos exequentes no valor de R$ 7.053.519. Cálculo apresentado pela CODESA é no valor de R$ 1.638.298. Em razão da expressiva divergência entre os valores, o juízo determinou a

realização de perícia contábil, cuja conclusão apontou que os valores devidos somam a importância de R$ 2.957.674,05, atualizado até 01/05/2021. O valor ainda é objeto de impugnação pelas partes.

- Ação de cumprimento n.º 0000395-85.2017.5.17.0005, que se pretende o pagamento das diferenças salariais e consequente repercussão em todas as demais verbas salarias desde o ano de 2010 aos guardas portuários, decorrente do que restou deferido nos autos do DC n° 0000327-58.2014.5.17.0000. A sentença proferida condenou a Companhia a promover a incorporação de 2,54% de reajuste salarial à categoria. A sentença foi mantida pelo TRT da 17° Região e pelo TST. Iniciada a execução, a Companhia apresentou como devido o valor de R$ 249.115. O sindicato autor, por sua vez, apresentou cálculo de liquidação no valor de R$ 4.822.123. Em razão da expressiva divergência entre os valores, o juízo determinou a realização de perícia contábil que, após análise, conclui ser devido pela CODESA o total de R$ 3.667.416. Sobre o laudo pericial, manifestaram-se as partes. Os cálculos periciais foram homologados pelo juízo que, após atualização, somou R$ 5.223.311,19.

31.2.2 Cíveis

- Ação Regressiva nº 5013018-76.2019.4.02.5001, em trâmite na 5ª Vara Federal Cível de Vitória, movida pelo Órgão de Gestão de mão de obra do Trabalhador Portuário Avulso (OGMO), no qual pleiteia restituição dos valores pagos pelo OGMO em condenação trabalhista, após trabalhador avulso supostamente adquirir doença ocupacional nas instalações portuárias. Em 19/12/2019 foi proferida sentença de parcial procedência, condenando a CODESA a restituir ao OGMO/ES o equivalente à metade (50%) do valor pago pela condenação trabalhista, no valor de R$ 999.689, assim como a assumir, juntamente com esse último, as obrigações atinentes ao pensionamento mensal do trabalhador, enquanto durar essa obrigação. Foi interposto recurso de apelação, desprovido pelo TRF2 em 04/03/2021. Por conta disso, atendendo ao critério estático, o setor jurídico classificou como de provável perda a demanda, com o consequente provisionamento do valor de R$ 999.688,52 (novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), referente a perda parcial da Companhia. A CODESA interpôs recurso especial.

31.2.3 Fiscais

Não há processos judiciais de natureza fiscal/tributária indicados com risco provável de perda.

31.2.4 Administrativos/regulatórios

Atualmente, não é realizado provisionamento dos processos não judicializados. A provisão das demandas regulatórias/administrativa só é feita, portanto, quando judicializada a questão, sendo classificada nesses casos de acordo com os critérios acima indicados.

31.3 Risco de perda possível

Há processos judiciais (de natureza trabalhista, cível e fiscal/tributária) que são classificados como de perda *possível*, e, por isso, não requererem constituição de provisão. Atualmente esse valor soma a quantia de R$32.207.735.

Provisão para perdas	Trabalhistas	Cíveis
Possível	8.519.152	23.688.583

As mais relevantes economicamente estão a seguir, de acordo com a natureza da demanda.

31.3.1 Trabalhistas

- Ação Civil Pública nº 0000922-78.2019.5.17.0001 – Trata-se de ação civil publicada ajuizada pelo Sindicato da Guarda Portuária – ES requerendo o correto pagamento dos reflexos da média das horas extras nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos da média do adicional noturno nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos da rubrica "Repouso Remunerado" nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos do adicional de risco fixo em nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos da média de horas extras no 13º salário, reflexos da média de adicional noturno no 13º salário, reflexos da rubrica "Repouso Remunerado" em 13º salário, reflexos do adicional de risco fixo em 13º salário, o pagamento dos reflexos integrais da média das horas extras habituais dos substituídos no 13º salário de 2015 e de 2018. Realizada a produção de prova pericial técnica para apuração da alegada incorreção nos pagamentos realizados a categoria, o juízo proferiu sentença julgando procedente os pedidos iniciais, condenando a CODESA a promover o correto pagamento dos reflexos indicados, bem como pagar a diferenças dos valores devidos no período não prescrito.

31.3.2 Cíveis

- Ação de Cobrança nº 0356838-33.2010.8.19.0001, proposta perante a 3ª Vara Cível do Rio de Janeiro, movida por "Portus Instituto de Seguridade Social" em face da Companhia, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento dos repasses pecuniários mensais supostamente não efetuados. Foi realizada perícia para apontar o valor devido. O laudo apontou o montante de R$ 10.408.802 que, se procedente o pedido, seria devido pela Companhia. A demanda ainda está pendente de julgamento em primeiro grau. Os autos foram remetidos à Justiça Federal. Aguarda-se o nº do processo na Justiça Federal.

31.3.3 Fiscais

- Ação de execução fiscal n.º 5011817-44.2022.4.02.5001, em trâmite perante a 2ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, SJES/TRF2, ajuizada pelo Município de Vila Velha/ES, pretendendo receber o valor de R$ 11.432.661,95, inscrito na CDA n.º 2022-4048, referente às Taxa de Verificação de Normas e Posturas – Horário Especial de Funcionamento, vencidas entre os meses de 04/2015 e 03/2018, cuja exigibilidade se encontrava suspensa por força de tutelas provisórias concedidas em favor da CODESA nos autos das ações anulatórias n.ºs (5007850-93.2019.4.02.5001, 5013592-02.2019.4.02.5001 e 5012542-38.2019.4.02.5001). A demanda está suspensa por consenso entre as partes para tratativas de acordo.
- Ação de execução fiscal n.º 5041032-02.2021.4.02.5001, em trâmite perante a 2ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, SJES/TRF, ajuizada pela Agência Nacional de Saúde, com o objetivo de receber o valor de R$ 701.260,98, inscrito na CDA n.º 4.002.001400/21-07, referente a multa por infração administrativa aplicada nos autos do processo administrativo n.º 33910.006983/2018-11. A CODESA caucionou o valor da execução mediante depósito judicial e apresentou embargos à execução.

31.3.4 Administrativos/regulatórios

Atualmente, não é realizado provisionamento dos processos não judicializados. A provisão das demandas regulatórias/administrativa só é feita, portanto, quando judicializada a questão, sendo classificada nesses casos de acordo com os critérios acima indicados.

32. PROVISÃO PLANO DE PENSÃO PORTUS – DÉFICIT ATUARIAL

Conta	30/06/2022	31/12/2021
Défict Atuarial PORTUS	25.958.228	46.209.955
Total	**25.958.228**	**46.209.955**

Em dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o Passivo de R$ 156.378.633 referente à provisão de déficit atuarial relativo ao Plano de Previdência Complementar, denominado PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, de acordo com estudo realizado por consultoria atuarial independente, que considerou a redução de benefícios aprovada pelos participantes e patrocinadora para o equacionamento do déficit atuarial de acordo com os critérios previstos no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Trimestralmente os valores do déficit atuarial são revistos e atualizados pela consultoria atuarial.

Em junho/2020, dentro de uma ampla negociação envolvendo todas as patrocinadoras do PBP-1 para o equacionamento do déficit atuarial, conforme disposto no art. 21, da Lei Complementar nº 109/2001, foi firmado o Termo de Compromisso Financeiro – TCF, entre a Companhia e o PORTUS, no valor de R$ 84.982.162 (Nota 29), estando a dívida reconhecida parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante.

Demonstrativo da evolução do registro do Déficit:

PORTUS - déficit actuarial – 31/12/2021	R$ 46.209.955
Ajuste Relatório Atuarial	(20.251.727)
Saldo em 30/06/2022	**25.958.228**

33. TRIBUTOS DIFERIDOS – PASSIVO

Os tributos diferidos registrados no Passivo da Companhia referem-se a diferença temporária entre a depreciação fiscal e a gerencial (por vida útil) de alguns bens.

34. OUTRAS OBRIGAÇÕES (NÃO CIRCULANTE)

Outras Obrigações	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Convênio SNP - Meio Ambiente Dragagem	33.1	2.319.245	2.431.070
Convênio SNP - Fiscalização Dragagem	33.2	4.472.627	4.417.024
Subtotal		**6.791.872**	**6.848.094**
Credores por depósitos Caucionados	33.4	220.826	220.826
Subtotal		**220.826**	**220.826**
Total		**7.012.698**	**7.068.920**

34.1 Convênio SNP – Gerenciamento Ambiental Dragagem

O Convênio SICONV nº 719253/2009 foi celebrado em dezembro de 2009, entre CODESA e União Federal através da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, visando o repasse de recurso para contratação do gerenciamento ambiental integrado da obra de dragagem de aprofundamento e derrocarem do Porto de Vitória.

Em dezembro de 2015, a CODESA realizou a devolução do saldo remanescente e efetuou a prestação de contas no SICONV.

No ano de 2018, através do Ofício nº 07/2018/GGAm/DIPGA/SNP, o Ministério da Infraestrutura solicitou o reenvio das informações e dos documentos que foram devidamente encaminhados através da CA/DIRPRE/AN/062/2019 e CA/DIRPRE/JD/123/2019. A Companhia aguarda retorno definitivo do Concedente. A variação refere-se ao rendimento financeiro da aplicação feita no Banco do Brasil, o que reflete também no passivo de convênios (Nota 12).

34.2 Convênio SNP – Fiscalização da Obra de Dragagem

O Convênio SICONV n° 801712/2014 foi celebrado em julho de 2014, entre a CODESA e União Federal através da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, visando o repasse de recurso para contratação de serviços técnicos especializados de apoio à fiscalização das obras de dragagem de aprofundamento por resultados nos acessos aquaviários ao Porto de Vitória.

Os relatórios de execução referentes à primeira parcela do Convênio foram inseridos no sistema SICONV e foram aprovados pelo fiscal concedente em agosto de 2016.

Os relatórios de execução referentes à segunda parcela do Convênio também foram inseridos no SINCONV em agosto de 2017, e os da terceira parcela, em agosto de 2018. Os documentos encontram-se em análise pelo fiscal Concedente.

Em 19 de Outubro de 2020, foi encaminhada a carta CA/DIROPE/JC/22/2020 ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes informando do pleno interesse da Companhia em finalizar a prestação de contas do Convênio em questão. Até o momento não houve retorno do referido órgão.

34.3 Credores por depósitos caucionados

Registram valores exigidos pela CODESA aos seus fornecedores a título de garantia contratual.

35. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

35.1 Capital social

Acionistas	R$	% Participação	Quant. Ações
Governo União Federal	539.871.449	99,60156538%	6.509.150.864
Governo Estado do Espírito Santo	2.159.639	0,39843462%	26.038.457
Total	**542.031.088**	**100,00000000%**	**6.535.189.321**

Na Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 13/01/2022 foi homologada a redução de capital social da Companhia que passou de R$ 550.292.326 para R$ 542.031.088, impactando em uma diminuição de 99.604.538 nas ações ordinárias nominativas. A redução se deu em face da baixa de terrenos (Nota 18) conforme determinação do inciso II, art. 3º, da Resolução CPPI nº 188/2021.

35.2 Créditos para aumento de capital social

Créditos p/ aumento de capital social	30/06/2022	31/12/2021
AFAC Gov. Federal - Empresa Pública	-	16.667.247
AFAC Gov. Federal - Economia Mista	-	4.520.677
AFAC Gov. Estadual - Economia Mista	-	9.115
Total	**-**	**21.197.039**

Em atendimento aos dispositivos da Resolução CPPI nº 188/2021 que aprova a modelagem e condições de desestatização da Companhia, o saldo dos recursos recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, foram integralmente restituídos aos acionistas.

35.3 Ajuste de Avaliação

Ajuste de avaliação patrimonial	30/06/2022	31/12/2021
Plano de pensão – remensuração (Ganhos/Perdas) ORA	15.657.003	(540.319)
Total	**15.657.003**	**(540.319)**

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, apontou em 30/06/2022, um ganho líquido em relação ao saldo de 31/12/2021 relativo ao compartilhamento do risco.

35.4 Prejuízos Acumulados

O Prejuízo Acumulado de R$ 60.759.840 é resultado do saldo dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores acrescido do lucro apurado até 30/06/2022.

Saldo em 31/12/2021	**(82.051.659)**
Lucro até 30/06/22	21.291.819
Saldo em 30/06/2022	**(60.759.840)**

36. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Contas	30/06/2022	30/06/2021	Variação%	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Utilização Infraestr. portuária	29.625.561	27.347.164	8,3%	12.969.449	13.879.030
Movimentação de carga	16.012.310	16.069.389	-0,4%	8.155.547	7.983.318
Armazenagem	4.682.810	1.726.779	171,2%	1.569.773	903.447
Receita Contratos	13.828.535	11.094.718	24,6%	6.062.680	5.667.602
Serviços diversos	4.826.670	4.398.682	9,7%	2.731.890	2.618.279
Receitas patrimoniais	31.264.866	29.377.243	6,4%	15.457.737	15.385.506
Subtotal	**100.240.754**	**90.013.975**	**11,4%**	**46.947.077**	**46.437.180**
Impostos incidentes s/ serviços	(11.192.776)	(9.749.340)	14,8%	(5.225.446)	(5.152.812)
Cancelamentos	(626.433)	(29.412)	2029,8%	-	(28.973)
Receita líquida	**88.421.545**	**80.235.223**	**10,2%**	**41.721.631**	**41.255.396**

A receita líquida é formada por receitas tarifárias oriundas da utilização de infraestruturas terrestre e portuária, serviços gerais e por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamento de áreas nos portos organizados sob jurisdição da Companhia, deduzida dos tributos devidos.

O aumento equivalente a 10,2% em relação a jan-jun/2021 reflete em parte a revisão nas tabelas de cobrança da Companhia, conforme a Deliberação nº 289/2021 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ de 12 de novembro de 2021, com acréscimo médio de 10,35%, vigênte a partir de 20/12/2021, sobre as tarifas cobradas.

Houve queda de 2,7% no volume da movimentação de cargas que reduziu 103.454 t em relação ao mesmo período do ano anterior, assim como a movimentação de contêineres que foi 11.761 TEU’s menor em 2022.

Na comparação do trimestre, em 2022 a receita líquida foi 1,1% (R$ 466.236) maior que o mesmo trimestre de 2021.

Movimentação de cargas e conteiners				
Movimentação	**unid**	**jan-jun/22**	**jan-jun/21**	**Variação %**
Cargas	Ton	3.715.619	3.819.073	-2,7%
conteiners	TEU's	109.312	121.073	-9,7%

37. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Contas	30/06/2022	30/06/2021	Variação%	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Pessoal e encargos sociais	(12.538.663)	(11.385.571)	10,1%	(6.388.784)	(5.357.554)
Custos assistenciais (reclassificado 2021)	(3.619.092)	(2.852.005)	26,9%	(1.666.870)	(1.543.595)
Materiais e acessórios	(26.640)	(32.865)	-18,9%	(12.253)	(15.476)
Mão de obra avulsa	(904.965)	(723.634)	25,1%	(336.102)	(367.854)
Serviços de terceiros	(6.495.508)	(7.244.113)	-10,3%	(3.099.153)	(4.211.647)
Utilidades e serviços	(964.829)	(958.198)	0,7%	(555.562)	(456.596)
Depreciação e amortização	(6.250.830)	(6.521.458)	-4,1%	(3.121.872)	(3.262.346)
Total	**(30.800.527)**	**(29.717.845)**	**3,6%**	**(15.180.597)**	**(15.215.067)**

Os custos dos serviços prestados aumentaram R$ 1.082.683 no período de jan-jun/2022 em relação ao mesmo período de 2021, aumento equivalente a 3,6%. Em relação ao 2º trimestre, os custos de 2022 se mantiveram no patamar de 2021.

Os custos com salários e encargos aumentaram principalmente em função de reajustes e promoção, conforme plano de cargo e salários, retroativo a setembro/2021.

Os custos assistenciais aumentaram 26,9% em relação a jan-jun/2021. O maior impacto deve-se aos gastos com assistência médica e odontológica que cresceram 66,3% devido a maior utilização do benefício em 2022. No trimestre houve aumento de 25,6% nos custos com assistência médica e redução de 11,5% nos demais custos assistenciais.

Conforme quadro a seguir, os custos com Serviços com Terceiros caíram 10,3% em relação ao mesmo período de 2021. Aumento nos custos com manutenção e reparos em imóveis, áreas de acesso, rede de dados e infraestrutura. Redução de 88,7% com aluguel de bens devido a incorporação ao patrimônio de equipamentos de telecomunicação antes alugados. Redução nos gastos com limpeza e dedetização devido a serviços eventuais ocorridos principalmente no 2º trimestre de 2021, como a retirada de solo contaminado. Redução nos contratos de serviço técnico especializado (97,9%) em função término de contratos relativos ao atendimento de condicionantes ambientais e ao mapeamento do mercado logístico portuário realizados em 2021. Queda com gastos ambientais realizados no período de jan-jun/21 realizados para atender exigência de condicionantes ambientais.

Contas	30/06/2021	30/06/2021	Variação%
Serv. Manutenção e Reparos	(1.185.805)	(799.497)	48,3%
Serv.Manut. E Informatização	(360.635)	(308.652)	16,8%
Aluguel de Bens Imóveis	(29.036)	(258.078)	-88,7%
Limpeza e detetização	(602.219)	(1.671.575)	-64,0%
Serviço Tec. Especializado PJ	(3.826)	(181.400)	-97,9%
Serv. Manut. E Monit. Sinalização Nautica	(441.547)	(345.473)	27,8%
Monitoramento VTMIS	(2.892.815)	(2.492.669)	16,1%
Custos Ambientais	(957.367)	(1.135.348)	-15,7%
Outros Serviço de Terceiros	(22.257)	(51.420)	-56,7%
Total Serviços de Terceiros	**(6.495.508)**	**(7.244.113)**	**-10,3%**

Os custos com utilidades e serviços, relativos à energia, água, telefone e serviços postais, não tiveram variação significativa no período analisado.

38. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Contas	30/06/2022	30/06/2021	Variação%	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Pessoal e encargos sociais	(13.154.236)	(12.589.089)	4,5%	(6.781.338)	(6.395.740)
Despesas assistenciais (reclassificado 2021)	(2.839.065)	(2.417.574)	17,4%	(1.604.524)	(1.367.284)
Serviços de terceiros e utilidades	(2.454.731)	(1.474.584)	66,5%	(1.471.167)	(938.407)
Utilidades e serviços	(342.047)	(247.542)	38,2%	(183.831)	(126.846)
Gerais e utilidades	(2.564.198)	(948.480)	170,3%	(735.831)	(521.361)
Depreciação e amortização	(350.460)	(378.488)	-7,4%	(175.031)	(188.537)
Despesas não dedutíveis	(45.436)	(111.297)	-59,2%	-	(101.540)
Despesas Ações Judiciais	(3.591.554)	(326.270)	1000,8%	(2.980.967)	(299.176)
Total	**(25.341.728)**	**(18.493.324)**	**37,0%**	**(13.932.688)**	**(9.938.891)**

No período de jan-jun/2022 as despesas administrativas aumentaram 37% em relação ao mesmo período de 2021, sendo os principais motivos relatados a seguir.

Neste período as despesas com pessoal, encargos sociais e alguns benefícios assistenciais aumentaram em função de reajustes salariais conforme o acordo coletivo de trabalho – ACT retroativo a setembro/2021.

O total de despesas assistenciais aumentaram 17,4% de jan-jun/2022 em relação ao mesmo período anterior. Houve aumento de 9,9% nas despesas com assistência médica e de 30,1% referentes a outros benefícios assistenciais mesmo que parte dos valores com vale alimentação, seguro de vida em grupo e vale cultura, tenham sido reclassificados para custos.

Os serviços de terceiros aumentaram 66,5% no comparativo de jan-jun/2022 com jan-jun/2021, sendo um aumento de 392,9% nos serviços técnicos especializados com destaque para serviços de elaboração de cálculos judiciais e serviços contábeis com disponibilização de funcionários e de

53,3% com serviços de tecnologia da informação decorrente do crescimento na demanda de ajustes nos sistemas legados objetivando a melhoria dos processos operacionais, contratação de serviços de consultoria e melhoria nas rotinas ligadas aos sistemas de gestão empresarial, com contratação de central de serviços de suporte ao usuário além dos reajustes nos contratos já existentes.

A variação nas despesas com utilidades e serviços são decorrentes da majoração dos preços no fornecimento de energia, água, telefonia e internet no período.

As despesas gerais estão impactadas pelo pagamento de R$ 1.350.000, classificado como gastos legais, referente a indenização paga a funcionários que optaram pela não reintegração ao quadro de colaboradores da Companhia.

Despesas não dedutíveis são decorrentes de multas relacionados a questões trabalhistas junto a Sec. Especial da Previdência e Trabalho.

As despesas com ações judiciais estão impactadas principalmente pela baixa da RT 395-85.2017.5.17.0005 Sindicato da Guarda Portuária, e referente também a outros alvarás sacados, não provisionados.

39. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Contas	30/06/2022	30/06/2021	Variação%	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Impostos e taxas municipais/estaduais	(194.372)	(171.595)	13,3%	(48.001)	(169.982)
Impostos e taxas federais	(108.739)	(29.772)	265,2%	(52.448)	(12.306)
Total	**(303.111)**	**(201.367)**	**50,5%**	**(100.449)**	**(182.288)**

O grupo de despesas tributárias englobam os gastos com impostos e taxas municipais, estaduais e federais que não incidem sobre a receita ou lucro.

Registram-se nessas contas as despesas alvará de funcionamento, taxa de limpeza pública, taxa de verificação de Normas e Postura junto a PMVV, IPVA dos veículos da Companhia, e PIS/COFINS sobre outras receitas e IOF sobre operações financeiras.

40. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	30/06/2022	30/06/2021	Variação%	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Provisões passivas	**-4.880.816**	**-10.126.169**	**-51,8%**	**-1.694.283**	**-3.189.495**
Perdas estimadas c/crédito liquidação	-511.858	-3.018.278	-83,0%	-400.852	-3.015.167
Provisões ações cíveis e trabalhistas	-2.799.528	-6.992.791	-60,0%	-1.293.431	-59.228
Provisão assistência médica	-1.569.430	-115.101	1263,5%	0	-115.101
Outros ganhos/perda de capital		**-19.630**	**-100,0%**	**0**	**-19.630**
Reversões operacionais	**110.584**	**1.186.156**	**-90,7%**	**110.584**	**0**
Reversão prov. PECLD clientes	0	16.140	-100,0%	0	0
Reversão prov.cíveis e trabalhistas	0	1.141.522	-100,0%	0	0
Reversão provisão Assitência Médica	110.584	28.494	288,1%	110.584	0
Receitas Eventuais	**574.882**	**230.221**	**149,7%**	**141.861**	**35.397**
Resultado Receitas/Despessa líquidas	**-4.195.349**	**-8.729.422**	**-51,9%**	**-1.441.838**	**-3.173.728**

No período de jan-jun/2021 houve aumento na provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) no valor de R$ 3.015.255, em função de títulos com valores em controverso. Esse valor foi posteriormente revertido e as faturas canceladas conforme análise contratual.

Regra geral, o lançamento contábil de complementação ou reversão de provisão para ações judiciais reflete o trabalho de controle e análise dos processos judiciais realizado pelo corpo jurídico da Companhia conforme detalhado na Nota 31. Até o segundo trimestre de 2021 houve a necessidade de complementação de provisão na ordem de R$ 6,9 milhões (processo nº 0020900-79.2003.5.17.0008 0001055-85.2018.5.17.0121 do Sindiguapor). Em contrapartida, o mesmo não ocorreu no período equivalente de 2022. Assim como a reversão de provisões para contingências que só ocorreu em 2021 devido a uma negociação de pagamento por valor menor ao provisionado.

Com relação as provisões e reversões de PECLD de assistência médica, ela é realizada com base em dados informados pela Coordenação de Recursos Humanos – CODRHU, sendo reavaliada trimestralmente, de forma individual, considerando a situação de cada devedor, inclusive sua expectativa de vida.

As receitas eventuais em 2022 registram: i) recuperação de despesa judicial relativa a ex-colaborador; ii) receitas relativas à taxa de acesso ao *data room* pelos interessados no leilão da Companhia; iii) crédito decorrente de retenção na fonte sobre aplicações financeiras dos recursos de convênios (a ser considerada na prestação de contas dos convênios).

41. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Contas	30/06/2022	30/06/2021	Variação%	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Receitas financeiras	10.653.836	1.338.070	696,2%	4.788.341	1.090.941
Variação monetária ativa	324.317	453.213	-28,4%	105.958	284.919
Total Receitas Financeiras	**10.978.153**	**1.791.282**	**512,9%**	**4.894.300**	**1.375.860**
Despesas financeiras	-709.486	-128.490	452,2%	-324.195	-21.108
Variação monetária Passiva	-3.117.918	-5.254.909	-40,7%	-1.593.713	-3.153.675
Total Despesas Financeiras	**-3.827.404**	**-5.383.399**	**-28,9%**	**-1.917.908**	**-3.174.783**
Resultado financeiro líquido	**7.150.749**	**(3.592.117)**	**-299,1%**	**2.976.392**	**(1.798.923)**

Aumento nas receitas financeiras decorrente principalmente da atualização financeira e multas aplicadas no saldo negociado de clientes a receber, conforme informado nas notas 4 e 5, e crescimento nas receitas financeiras referentes à ganhos sobre aplicações financeiras.

A queda na variação monetária de acionista é devida: a) redução no saldo de AFAC em função do aumento de capital realizado em 2021e b) ajuste positivo na variação monetária atuarial da dívida do PORTUS decorrente de análise trimestral realizada pela empresa RODARTE.

42. RESULTADO LÍQUIDO

Contas	30/06/2022	30/06/2021	Variação%	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
= Lucro Antes dos Impostos	34.931.578	19.501.150	79,1%	14.042.451	10.946.498
(+/-) Imposto de Renda/Contribuição Social	(13.639.759)	(5.774.239)	136,2%	(5.680.343)	(3.352.169)
Impostos Correntes	(9.122.712)	(5.774.239)	58,0%	(3.574.871)	(3.352.169)
Impostos Diferidos	(4.517.048)	-	100,0%	(2.105.472)	-
Resultado Líquido	**21.291.819**	**13.726.911**	**55,1%**	**8.362.108**	**7.594.329**

Em relação ao mesmo período do ano anterior houve aumento de 10,2% na receita líquida, de 3,6% nos custos, de 37% nas despesas operacionais e de 51,9% em Outras receitas (despesas) operacionais além da melhora significativa no resultado financeiro (299,1%).

O valor dos impostos sobre o resultado foi 136,2% superior em 2021, reflexo do aumento do lucro e contabilização dos impostos Diferidos. Desta forma, os impactos positivos no exercício de 2022 resultaram em um aumento de 55,1% no Lucro Líquido da Companhia.

43. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As aplicações de saldos de caixa são efetuadas de acordo com o disposto no Decreto-lei nº 1.290/73 e Resolução BACEN nº 3.285/2005 em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, pela certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

43.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Instrumentos Financeiros	Nota	Valor Justo		Valor contábil	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Valor justo por meio de resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalente de caixa					
Aplicações financeiras	4	121.571.829	131.352.088	121.571.829	131.352.088
		121.571.829	131.352.088	121.571.829	131.352.088
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa					
Bancos conta movimento	4	94.100	93.245	94.100	93.245
Clientes (circul e não circul)	5	10.194.753	12.933.472	10.194.753	12.933.472
Créditos negociados com clientes	6	7.133.108	1.186.579	7.133.108	1.186.579
Assistência médica a recuperar	11	3.356.315	4.172.908	3.356.315	4.172.908
		20.778.277	18.386.203	20.778.277	18.386.203
		142.350.107	149.738.291	142.350.107	149.738.291
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	19	3.673.539	3.687.592	3.673.539	3.687.592
Obrigações societárias		0	21.197.039	0	21.197.039
Passivo de Arrendamentos	29	5.287.545	5.564.151	5.287.545	5.561.151
		8.961.084	**30.448.782**	**8.961.084**	**30.448.782**

43.2 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: a) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e b) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, conforme seu modelo de negócio, pois a Companhia possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

43.4 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os passivos financeiros da Companhia são classificados e mensurados como custo amortizado.

44. Plano de complementação de aposentadoria/entidade fechada de previdência privada

A Companhia é uma das Patrocinadoras que firmaram o convênio de adesão ao plano previdenciário complementar de aposentadoria e pensões, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), denominado PBP1, administrado pelo Instituto Portus. O plano não admite novas inscrições de Participantes desde 12 de maio de 2010. Ressalte-se a inexistência de solidariedade entre as Patrocinadoras do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial do plano é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por consultoria atuarial independente, a Rodarte Nogueira, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: a) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado

pelo empregado no período corrente; b) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e c) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

O equacionamento do déficit atuarial estabeleceu que, além das contribuições normais previstas no plano de custeio, a Companhia irá destinar prestações mensais correspondentes à amortização do Termo de Compromisso Financeiro – TCF (nota 29) referente a sua participação do montante equivalente à redução de direitos dos participantes e assistidos do plano, respeitando-se a proporção contributiva, conforme definido em avaliação atuarial específica para este fim, cabendo à Companhia o valor correspondente à 7,41% do montante a ser contratado. Além disso, vem efetuando desde junho/2020, contribuição extraordinária para equacionamento de déficit técnico residual sobre benefícios dos assistidos e pensionistas.

Os montantes registrados nas demonstrações financeiras são:

BALANÇO PATRIMONIAL			
Contas	**Nota**	**30/jun/22**	**31/dez/21**
1. Obrigações		**(115.760.979)**	**(134.620.390)**
Termo de Compromisso Financeiro - TCF	29	(89.802.751)	(88.410.434)
Circulante		*(9.325.289)*	*(7.932.973)*
Não Cirulante		*(80.477.462)*	*(80.477.461)*
Provisão Plano de Pensão PORTUS - Défict Atuarial	32	(25.958.228)	(46.209.955)
2. Remensurações em Outros Resultados Abrangentes - PL		***(15.657.003)***	**540.319**
Outros Resultados Abrangentes	34.3	(15.657.003)	540.319

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Contas	**Nota**	**30/jun/22**	**30/jun/21**
3. Despesas		**4.860.123**	**4.678.827**
Contribuições ordinárias e extraordinárias		1.923.487	2.146.403
Despesa financeira do Termo de Compromisso Financeiro - TCF		2.936.636	2.532.424

Valores demonstrados no Relatório Atuarial:

	Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	30/jun/22	31/dez/21
1	**Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano**	**-127.908.564**	**-135.327.664**
2	Custo no período (Resultado do Exercício)	-2.451.852	-2.580.061
3	Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	10.313.881	128.453
4	Contribuições do empregador para o plano	4.285.556	3.158.882
5	Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-
6	Combinações de negócios	-	-
7	Alienações do plano	-	-
8	Ganho / perda cambial	-	-
9	Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-
10	Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	-	-
11	**Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano**	**-115.760.979**	**-134.620.390**

Fonte: Relatório RN/CODESA n° 002/2022, de 18.04.2022

Para esta atualização dos estudos, a consultoria atuarial Rodarte Nogueira considerou as informações contábeis do PBP 1 posicionadas em 18.04.2022, projetadas para 30.06.2022.

As premissas adotadas para a avaliação atuarial no segundo trimestre de 2022 foram atualizadas com as informações cadastrais dos participantes na data base de março de 2022. A taxa de juros foi atualizada para 30.06.2022:

	Premissas adotadas (final do ano)	30/jun/22	31/dez/21
1	Taxa de desconto (nominal)	9,534%	8,913%
2	Retorno esperado dos ativos do plano	9,534%	8,913%
3	Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4	Reajuste nominal do benefício	**-3,50%**	**-3,50%**
5	Idade média de aposentadoria	N/A	N/A

Fonte: Relatório RN/CODESA n° 002/2022, de 18.04.2022

A base de dados utilizada para os estudos do exercício findo, foram:

	Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	30/jun/22	31/dez/21
1	Data efetiva	30/nov/21	31/dez/20
2	Participantes ativos (passivo principal)	45	52
3	Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	584	584
	3.a. Aposentados	357	372
	3.b. Pensionistas	227	212
4	Número total de participantes	629	636

Fonte: Relatório RN/CODESA n° 002/2022, de 18.04.2022

O valor justo dos ativos conciliado, conforme tabela a seguir.

	Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	30/jun/22	31/dez/21
1	**Valor justo dos Ativos do plano no início do ano**	**14.999.094**	**17.232.426**
2	Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	7.047.873	-2.321.582
3	Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	342.655	362.054
4	Contribuições dos participantes	336.704	198.152
5	Benefícios pagos (líquido)	-4.240.522	-4.167.522
6	Receita dos juros	339.709	359.202
7	Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-
8	Contribuições Extraordinárias Assistidos	792.108	814.041
9	Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF)	3.356.205	2.188.436
10	Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	586.696	608.392
11	Emendas no plano	-	-
12	Reduções	-	-
13	Liquidações	-	-
14	Benefícios especiais de desligamento	-	-
15	**Valor justo dos ativos do plano no final do ano**	**23.560.522**	**15.273.599**

(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos

Fonte: Relatório RN/CODESA n° 002/2022, de 18.04.2022

A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é apresentada na tabela abaixo, e mostra como a obrigação de benefício definido teria

sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo/acréscimo de 0,25% a.a. na taxa adotada) e tábuas de mortalidade (agravamento e desagravamento em 10%) utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações. Cabe ressaltar que uma combinação de mudanças nas premissas pode produzir um resultado diferente do ora apresentado.

	Análise de Sensibilidade – 30.06.2022			
	Tábua biométrica		**Taxa de juros**	
	Agravada em 10%	Desagravada em 10%	+ 0,25%	- 0,25%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	140.526.316	145.461.280	140.399.552	145.502.003
Valor justo dos ativos do plano	14.999.094	14.999.094	14.999.094	14.999.094
(Passivo) / Ativo líquido inicial	**-125.527.222**	**-130.462.186**	**-125.400.458**	**-130.502.909**
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos (TCF)	90.199.985	90.199.985	90.199.985	90.199.985
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	15.081.410	15.611.035	15.067.806	15.615.405
Passivo do Patrocinador c/ contrib.Extraordinárias	32.725.536	33.874.782	32.696.016	33.884.266
(Passivo) / Ativo líquido residual	**12.479.709**	**9.223.616**	**12.563.349**	**9.196.747**
Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo líquido a ser reconhecido	**-125.527.222**	**-130.462.186**	**-125.400.458**	**-130.502.909**
Contrato - Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	90.199.985	90.199.985	90.199.985	90.199.985
(Passivo) / Ativo líquido adicional reconhecido (*)	**-35.327.237**	**-40.262.201**	**-35.200.473**	**-40.302.924**
Variações:				
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,67%	1,79%	-1,76%	1,82
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido	-1,86%	2,00%	-1,96%	2,03%
(*) Considerando que o valor do contrato esteja registrado no balanço da empresa				

Fonte: Relatório Rodarte Nogueira: RN/CODESA nº 002/2022, de 18/04/2022 – Item 10.5 – pág. 23
Plano de Benefícios Portus 1 – BBP1 – CPC (R1) – Benefícios a Empregados CODESA – 18.04.2022

45. MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO

a. Na forma do item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139 do Ministério da Fazenda, de 17/03/1988, e em atendimento ao art. 1º da Resolução CGPAR nº 03/2010, alínea "e", em

b. dezembro de 2021, a maior e a menor remuneração, assim como a média salarial dos empregados, administradores e dirigentes da Companhia, estão apresentadas na tabela abaixo:

Remuneração	Maior R$	Menor R$	Média R$	Quantidade
Conselheiros*	R$2.946	R$2.946	R$2.946	9
Diretores	R$29.401	R$25.110	R$26.991	3
Empregados	R$28.742	R$3.328	R$8.358	237

*Conselhos de administração e fiscal

Os valores são computados pelo setor de Recursos Humanos referente à remuneração, acrescidas das vantagens e benefícios conforme Resolução CGPAR.

46. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Na apresentação da DFC as informações relativas aos recursos financeiros oriundos do Tesouro Nacional e dos convênios, ambos destinados a investimentos, são classificadas como atividade de financiamento.

47. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A DVA está preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

48. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Companhia apresenta a DRA conforme o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, visando informar quanto os ajustes efetuados no Patrimônio Líquido que não afetaram o resultado líquido do exercício.

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de: a) ganhos e perdas atuariais e retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido referente ao Plano pós emprego (Nota 35.3); e b) outros ajustes.

49. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é uma empresa pública, controlada pela União Federal com 99,60156538% do capital e o Estado do Espírito Santo com 0,39843462%, do capital, não possuindo empresas subsidiárias e nem coligadas.

Com relação aos dirigentes, segue abaixo quadro contendo a remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente ao segundo trimestre de 2022:

Remuneração/Honorários + benefícios + encargos	30/06/2022		31/12/2021	
	Diretoria Executiva	Conselhos Administrativo e Fiscal	Diretoria Executiva	Conselhos Administrativo e Fiscal
Número de membros	3	9	4	11
Valor da maior remuneração individual	R$29.401	R$2.946	R$29.401	R$2.946
Valor da menor remuneração individual	R$25.110	R$2.946	R$25.996	R$982
Valor médio remuneração individual	R$26.991	R$2.946	R$27.080	R$2.687

50. EVENTOS SUBSEQUENTES

50.1 Tratativas em ACT – Plano de saúde/odontológico

O novo plano de saúde/odontológico ofertado aos empregados tiveram contrato assinado com empresas de mercado no dia 14.07.2022. O novo modelo de plano passa a vigorar a partir do dia 01/09/2022 para todos os funcionários Ativos da Companhia. Para os funcionários inativos da Companhia, permanece a oferta do plano por auto gestão, entretanto passaram a ser cobradas mensalidades apuradas com base em estudo atuarial, integralmente custeadas pelos beneficiários, inclusive quanto a seus dependentes legais. O estudo para levantamento dos valores de mensalidade contemplou o custeio integral dos gastos com essa modelagem de plano de saúde.

50.2 Dragagem de manutenção

No início do mês de julho, a Capitania dos Portos do ES liberou a retomada das manobras-teste para exploração do calado de 12,5m no Canal de Vitória. Isso significa que, com o aumento do calado, navios poderão entrar ou sair com maior volume de carga, possibilitando mais capacidade operacional e competitividade ao Porto de Vitória e aos parceiros portuários. Segundo estimativas, o novo calado vai reduzir em até 10% o valor do frete marítimo e em até 20% os custos logísticos. Conforme anteriormente previsto a amortização dos recursos dispendidos nesse serviço começaram a ser apropriados a partir de 07.2022.

Vitória (ES) 17 de Agosto de 2022.

BRUNO LUCIANO FARDIN:05386452703
Assinado de forma digital por BRUNO LUCIANO FARDIN:05386452703
Dados: 2022.08.22 09:19:41 -03'00'

BRUNO LUCIANO FARDIN

DIRETOR PRESIDENTE

DIRETOR DE OPERAÇÕES E INFRAESTRUTURA

JEAN RICARDO ALVES DUQUE:03473698717
Assinado de forma digital por JEAN RICARDO ALVES DUQUE:03473698717
Dados: 2022.08.19 16:11:14 -03'00'

JEAN RICARDO ALVES DUQUE

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RAQUEL DE MOURA BARBOSA GUIMARAES:09432200760
Assinado de forma digital por RAQUEL DE MOURA BARBOSA GUIMARAES:09432200760
Dados: 2022.08.22 12:01:15 -03'00'

RAQUEL DE MOURA BARBOSA GUIMARÃES

DIRETOR DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

PORTO DE VITÓRIA
CODESA - AUTORIDADE PORTUÁRIA
Assinado digitalmente por KATIA LIMA MARINATO:09300408720
Razão: Eu sou o autor deste documento
Data: 2022-08-22 14:34:10

KATIA LIMA MARINATO

COORDENADORA CONTÁBIL-CRC/ES 018609-O